**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA Nº 09/2017

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Pré-edital | Inclusão | 1.4, Tabela 1 | Prazo para entrega dos documentos de qualificação (licitante vencedora - brasileira ou estrangeira) | Objetivo de deixar claro que tal prazo será aplicável tanto na hipótese de licitante brasileira quanto estrangeira, |
| Pré-edital | Inclusão | 1.6, inclusão após o parágrafo §1º | Os esclarecimentos solicitados pelos interessados deverão ser respondidos justificadamente pela ANP no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. | É razoável o estabelecimento do procedimento ora proposto para esclarecimento de dúvidas, de modo a conferir segurança jurídica ao próprio certame. |
| Pré-edital | Inclusão | 1.6, inclusão após o parágrafo §2º (incluído acima) | Nos casos de esclarecimentos de maior complexidade, nos quais a resposta dependa de dados/informações e/ou autorizações além dos limites das atribuições da CEL, a ANP poderá responder em prazo superior, devendo, contudo, a Agência indicar expressamente o prazo da resposta, o qual não poderá ultrapassar ao penúltimo dia útil anterior à data do certame. | Vide comentário anterior. |
| Pré-edital | Alteração | 2.2.2, §3º | A ANP poderá, considerando a expectativa de produção e outros fatores pertinentes em consonância com a Legislação Aplicável, conceder uma redução de royalties, para até 5% (cinco por cento). | Estimular o aumento do fator de recuperação para Campos maduros. |
| Pré-edital | Inclusão | 3.2, após o 7º parágrafo | As pessoas jurídicas poderão se utilizar do cadastro de sociedades empresárias, previsto no artigo 28 da Resolução ANP Nº 18/2015 para suprir as eventuais demandas de fornecimento de informações e/ou documentos adicionais requeridos pela ANP. | O Cadastro de sociedades empresárias, previsto no Artigo 28 da Resolução ANP 18/2015 se constitui como importante ferramenta para otimizar/racionalizar o fluxo de informações no âmbito dos processos administrativos relacionados às licitações; evitando, por exemplo, o fornecimento de documentos em duplicidade e, portanto, a análise repetida dos mesmos por parte da ANP. |
| Pré-edital | Alteração | Item 3.3, 1º parágrafo | Os documentos de habilitação e as atas da CEL terão caráter público, à exceção dos classificados como sigilosos, inclusive as informações acerca das Demonstrações Financeiras, do planejamento estratégico e da escolha dos Setores selecionados de acordo com o Pagamento da Taxa de Participação. | A exemplo das previsões constantes dos editais da 11ª e 12ª rodada de licitações, entende-se necessário resguardar a confidencialidade de determinadas informações que inclusive são sensíveis do ponto de vista concorrencial, tais como as demonstrações financeiras, dados relativos ao planejamento estratégico, como também a escolha dos setores de interesse das sociedades, conforme o pagamento das taxas de participação.  A modificação do parágrafo subsequente em que pese tratar-se de melhoria de redação, vincula-se diretamente aos fundamentos supracitados. |
| Pré-edital | Exclusão | 4.2.2, 11º parágrafo |  | A alteração de representantes pode decorrer de circunstâncias alheias à vontade do licitante, tais como, acidentes, doença, morte, etc. Não há razão para se limitar a substituição do representante. |
| Pré-edital | Alteração | 4.3.1, 1º parágrafo | O pagamento deverá ser feito por boleto bancário, gerado no sítio eletrônico http://www.brasil-rounds.gov.br ou via transferência bancária do exterior, nos termos da seção 4.3.1.1, sendo ambas as alternativas aplicáveis a licitantes brasileiras ou licitantes estrangeiras. | Esclarecer que tanto a licitante brasileira quanto estrangeira pode realizar o pagamento via boleto bancário ou por transferência eletrônica de fundos. |
| Pré-edital | Inclusão | 4.3.1, após o 1º parágrafo | O pagamento via boleto bancário pode ser feito por qualquer empresa do grupo ou mesmo terceiros. O preenchimento do boleto bancário (campo sacado) deverá ser feito em nome da sociedade empresária que efetivamente irá se inscrever e participar do certame (mesmo na hipótese de licitante estrangeira). O campo “CPF/CEI/CNPJ” do boleto deverá ser preenchido com o CPF de um representante credenciado brasileiro da empresa (anexo VI do pré-edital). | Objetivo de informar procedimento a ser adotado para fins de preenchimento do boleto bancário, principalmente na hipótese da licitante estrangeira. |
| Pré-edital | Alteração | 4.3.1.1, 1º parágrafo | O pagamento da taxa de participação em moeda estrangeira deverá ser feito por transferência bancária em dólares norte-americanos, não havendo obrigação de que tal transferência bancária se dê através da conta corrente da licitante, podendo a mesma ser feita via conta bancária de qualquer afiliada da licitante. | Objetivo de deixar claro que a transferência bancária pode ser feita via conta bancária de outra entidade do grupo que não a licitante. |
| Pré-edital | Inclusão | 4.3.1.2, após o 1º parágrafo | No caso de exclusão parcial da área pela ANP, a taxa de participação será devolvida na mesma proporção da referida exclusão e na integralidade caso o a licitante opte por desistir da participação da licitação referente àquela área. | Não é razoável que a taxa de participação não seja devolvida ao interessado por decisão unilateral da ANP referente à exclusão da área. Note-se que a exclusão de uma área pode ter impacto em todo o projeto, pelo que a desistência da licitante por um ato da ANP, não pode acarretar prejuízos às partes. |
| Pré-edital | Alteração | 5.2, 2º parágrafo. | Em caso de prorrogação da data de assinatura dos contratos de concessão que tenha sido requerida pelas licitantes com ofertas válidas, as mesmas serão convocadas para renovar suas garantias de oferta, caso aplicável. | Caso haja a postergação da data de assinatura dos Contratos de Concessão, sem definição de data, e por circunstâncias alheias à vontade e ao controle dos licitantes vencedores, o IBP entende que não é razoável exigir que os mesmos tenham o ônus financeiro de renovarem, sucessivamente, por período indefinido, as garantias de oferta. Este é o caso, por exemplo, de eventuais prorrogações em razão de decisões judiciais que impactem a assinatura dos Contratos de Concessão |
| Pré-edital | Alteração | 5.5, alínea “c” | no caso de consórcio ter vencido a sessão pública de apresentação de ofertas, uma ou mais consorciadas não obtiverem qualificação na categoria mínima exigida para o setor onde se localizam os blocos objeto da oferta e as demais consorciadas não assumirem as responsabilidades das licitantes não qualificadas na oferta; | Melhoria de redação, objetivando esclarecer que a responsabilidade em questão se refere a assunção da participação relativa àquela (s) consorciada (s). |
| Pré-edital | Alteração | 5.5, alínea “h” | nos casos de desclassificação previstos nas alíneas (c) e (d) da seção 1.5, exceto nas ofertas em consórcio em que as demais consorciadas assumam as responsabilidades das licitantes desclassificadas na oferta. | Melhoria de redação, objetivando esclarecer que a responsabilidade em questão se refere a assunção da participação relativa àquela (s) consorciada (s). |
| Pré-edital | Exclusão | 5.5, 4º parágrafo |  | O edital de licitações traz as regras, remédios, condições e consequências para as hipóteses de execução da garantia e/ou pagamento direto à União não deveria o edital fazer referência a potenciais ressarcimentos e/ou compensações à administração pública, as quais, além de serem de difícil quantificação, representam seara externa, distinta do certame regulado pela agência, que é a entidade detentora da capacidade regulatória para definir as situações de potencial inadimplemento e regular os atos e/ou omissões do(s) licitante(s). Visa-se, com a supressão do presente dispositivo, a evitar insegurança jurídica e dar maior previsibilidade aos investidores.  Ademais, o IBP entende que a obrigação de indenizar à administração pública é desproporcional e irrazoável. manter  esta previsão sobre indenização à administração pública no caso de não assinatura do contrato de concessão traz enorme insegurança jurídica, pois não conhecidas as causas porventura legítimas que poderiam fazer com que os vencedores sejam levados a optar por não assinar os Contratos de Concessão e que levariam a esta enorme exposição financeira, caso tenha de ser paga uma indenização à administração que poderia inclusive, no limite, vir a englobar aspectos intangíveis ou participações governamentais (bônus, taxa de retenção) que seriam  recolhidas caso o contrato tivesse sido assinado, etc.  É de conhecimento público que existiram ações civis públicas no âmbito da 12ª Rodada de Licitações, que ensejaram a suspensão da assinatura dos Contratos de Concessão e o questionamento das regras do edital e do contrato. Caso, em razão das incertezas jurídicas, os licitantes vencedores preferissem, legitimamente, não prosseguir na assinatura dos contratos de concessão e caso houvesse tal regra prevista no Edital, a consequência poderia ser o pagamento, pelo vencedor, de perdas e danos à Administração.   No entanto, ainda que o motivo para o não prosseguimento para a assinatura fosse de outra natureza, ainda assim, parece desproporcional ter de pagar a garantia de oferta e ainda pagar perdas e danos adicionais. |
| Pré-edital | Inclusão | 5.6, alínea “d” | a todas as licitantes que apresentaram oferta válida, em até 15 (quinze) dias após se manifestarem pelo não prosseguimento da assinatura do Contrato de Concessão em razão de decisão administrativa ou judicial que impacte materialmente às condições do Edital ou do Contrato de Concessão. | No caso de decisões judiciais (por exemplo, em sede de liminares de Ações Civis Públicas) que suspendam a assinatura dos contratos de concessão ou que limitem a aplicação de regras do edital e do contrato, de maneira a trazer impactos materiais para o concessionário que realizou a oferta, os licitantes vencedores deverão ter a prerrogativa de não prosseguir na assinatura dos contratos de concessão sem qualquer ônus. |
| Pré-edital | Alteração | 6.3.1. 1º parágrafo | O bônus de assinatura corresponde ao montante ofertado para obtenção da concessão do bloco objeto da oferta e deverá ser pago pela licitante vencedora da licitação ou pela empresa brasileira designada para assinar o contrato de concessão, em parcela única, no prazo estabelecido pela ANP, como condição para a assinatura do contrato de concessão. O pagamento será feito pela Operadora em nome do Consórcio, se for o caso. | Informar que o bônus de assinatura pode ser pago pela empresa que irá assinar o contrato de concessão.  Objetivo de explicitar informação informalmente prestada pela ANP. |
| Pré-edital | Inclusão | 6.3.1, após o 2º parágrafo | As instruções para pagamento do bônus de assinatura estarão disponíveis diretamente no o sítio eletrônico http://www.brasil-rounds.gov.br. | Objetivo de explicitar informação informalmente prestada pela ANP |
| Pré-edital | Alteração | 6.5.1 | Em nenhum caso as ofertas poderão ser inferiores às ofertas precedentes, tanto no que se refere ao bônus de assinatura, quanto no que se refere ao programa exploratório mínimo. | Conteúdo Local não é mais critério de oferta, portanto não compõe mais a nota para definição de vencedor. |
| Pré-edital | Alteração | 7.2.1.1.1, alínea “b.1” | - 20 (vinte) pontos na condição de operadora; ou  - 10 (dez) pontos na condição de não operadora; ou  - 10 ((dez) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. | Para a licitante obter qualificação técnica o critério de pontos deveria ser diferente para cada ambiente no qual opera. Sendo que para os ambientes mais complexos a licitante deverá receber um número maior de pontos. |
| Pré-edital | Alteração | 7.2.1.1.1, alínea “b.2” | - 20 (vinte) pontos na condição de operadora; ou  - 10 (dez) pontos na condição de não operadora; ou  - 10 ((dez) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. | Vide justificativa acima |
| Pré-edital | Alteração | 7.2.1.1.1, alínea “c.1” | - 30 (trinta) pontos na condição de operadora; ou  - 15 (quinze) pontos na condição de não operadora; ou  - 15 (quinze) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. | Vide justificativa acima |
| Pré-edital | Alteração | 7.2.1.1.1, alínea “d” | - 30 (trinta) pontos na condição de operadora; ou  - 15 (quinze) pontos na condição de não operadora; ou  - 15 (quinze) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. | Vide justificativa acima |
| Pré-edital | Alteração | 7.2.1.1.1, alínea “e” | - 30 (trinta) pontos na condição de operadora; ou  - 15 (quinze) pontos na condição de não operadora; ou  - 15 (quinze) pontos na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo. | Vide justificativa acima |
| Pré-Edital | Alteração | Tabela 9 | Ajustar a pontuação aos critérios acima sugeridos. | Vide justificativa acima |
| Pré-edital | Alteração | 7.2.1.3, 2º parágrafo | Para a licitante obter qualificação técnica como operadora A deverá obrigatoriamente possuir experiência em atividades de exploração e/ou produção em águas rasas, profundas ou ultra profundas na condição de operadora, independentemente da pontuação alcançada. | A licitante poderá se qualificar utilizando como base sua experiência em atividades exploratórias somente. |
| Pré-edital | Inclusão | 7.2.1.3, após a última frase do 2º parágrafo | Para as atividades de produção referidas no Anexo XVII do Sumário Técnico 01, serão também contabilizadas as atividades de desenvolvimento, tendo em vista que fazem parte da fase de produção de cada campo. | De acordo com o art. 24, §2º da lei 9.478/97, a fase de produção incluirá também as atividades de desenvolvimento. |
| Pré-edital | Alteração | 7.3, alínea “b” | Parecer de auditor independente, exigido de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com a Lei nº 11.638/2007; | A proposta tem por base os editais das últimas rodadas de licitações da ANP, sendo certo que não existe previsão legal para que o edital venha a ampliar a exigência relativa ao parecer de auditor independente.  Ademais, a exigência em questão poderá inviabilizar a participação de pequenas e médias empresas, como também sociedades empresárias estrangeiras que não estão sujeitas as Leis Brasileiras, em especial das Leis 6.404/76 e 11.638/2007. |
| Pré-edital | Alteração | 7.3, 2º parágrafo | As Demonstrações Financeiras deverão ser apresentadas na forma da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 11.638/2007, vedada sua substituição por balancetes provisórios. | Vide justificativa acima. |
| Pré-edital | Inclusão | 7.3, após o 3º parágrafo | O parecer de auditor independente ao qual se refere o item “b” da Seção 7.3 é o exigido de acordo com a Lei 6.404/76 e com a Lei nº 11.638/2007, o qual, todavia, não será exigido quando: (i) as sociedades empresárias que não tenham sido constituídas por ações e que não se enquadrem como de grande porte, tal como definido pelas Leis nº 6.404/1976 e nº 11.638/2007; ou (ii) a sociedade empresária interessada esteja realizando o processo de qualificação por meio de sociedade estrangeira cuja legislação de seu país não o exija. | Vide justificativa acima. |
| Pré-edital | Alteração | 7.3, após a 1ª frase no 6º parágrafo | A licitante constituída no mesmo exercício social desta licitação deverá apresentar as Demonstrações Financeiras Intermediárias, vedada a sua substituição por balancetes provisórios, e, quando aplicável, acompanhadas de parecer de auditor independente. Neste caso, para fins de comprovação do Patrimônio Líquido, a licitante deverá apresentar uma cópia do seu último estatuto social arquivado no órgão de registro de comércio de sua jurisdição. O mesmo aplicar-se-á as licitantes que apesar de constituídas há mais de 01 (um) ano, comprovarem o aumento de Patrimônio Líquido no ano da licitação. | Melhoria de redação objetivando esclarecer o entendimento de que a apresentação de demonstrações financeiras intermediárias se aplica as sociedades empresárias que tenham seu patrimônio líquido ajustado no exercício do ano corrente. |
| Pré-edital | Inclusão | 7.3, após a 1ª frase no 6º parágrafo | Caso a empresa licitante tenha sido constituída no mesmo exercício social da licitação, ou mesmo na hipótese de utilização de empresa inativa/ dormente/ sem atividade como empresa licitante, alguns subitens das demonstrações financeiras poderão ser “não-aplicáveis” devido à falta de movimentação, sendo a existência do Patrimônio Líquido Mínimo o único requisito financeiro exigido nos termos da Tabela 14. | Objetivo de explicitar informação informalmente prestada pela ANP |
| Pré-edital | Alteração | Nota 2, Tabela 15 | Para obtenção da qualificação no nível de operadora A, a licitante deverá obrigatoriamente possuir experiência em atividades de exploração e/ou produção em águas rasas, profundas ou ultra profundas na condição de operadora, independentemente da pontuação alcançada. | A licitante poderá se qualificar utilizando como base sua experiência em atividades exploratórias somente. |
| Pré-edital | Alteração | 7.6.1, alínea “b” | as licitantes que manifestarem interesse deverão apresentar, no prazo fixado pela CEL, os documentos de qualificação previstos na seção 7, caso necessário, e garantias de ofertas válidas, caso as garantias retidas nos termos da seção 5 estejam vencidas; | Melhoria de redação e melhor adequação de conceitos já constantes do edital e de outras propostas feitas pelo IBP aos termos do presente. |
| Pré-edital | Alteração | 7.6.2, 2º parágrafo | Para tanto, é necessário que o consórcio mantenha pelo menos uma consorciada qualificada no nível mínimo exigido para o setor onde se localiza o bloco objeto da oferta, para atuar na condição de operadora da concessão. Caso necessário, uma das licitantes integrantes do consórcio poderá apresentar nova documentação à ANP e requerer alteração de seu nível de qualificação com o fim de assumir a operação do consórcio. | No caso da licitante operadora não assinar o contrato de concessão, a consorciada que for assumir a operação deverá, se for o caso, apresentar documentação comprobatória pertinente para tanto. |
| Pré-edital | Alteração | 7.6.2, 4º parágrafo | Caso a licitante não qualificada seja integrante de consórcio vencedor, as demais consorciadas serão convocadas para, no prazo definido pela CEL, manifestarem interesse em assumir as responsabilidades da licitante não qualificada, sem prejuízo de eventual aplicação, à licitante não qualificada, das penalidades previstas na seção 10 e na legislação aplicável. | Melhoria de redação objetivando elucidar o texto. |
| Pré-edital | Inclusão | 7.6.2, 5º parágrafo | Caso nenhuma das demais Consorciadas manifeste interesse em honrar a melhor oferta da sessão pública ou as que manifestarem não sejam qualificadas, será considerada nova vencedora da sessão pública de apresentação de ofertas, no respectivo bloco, a licitante que apresentou a próxima oferta mais bem classificada; | Oferecer às demais Consorciadas o mesmo tratamento oferecido ao Ofertante individual conforme 7.6.1 |
| Pré-edital | Alteração | 9.1.1 | A licitante vencedora ou a empresa brasileira indicada para assinar o contrato de concessão deverá apresentar as informações constantes do ANEXO XXII no prazo definido na Tabela 1. | Objetivo de explicitar informação informalmente prestada pela ANP. |
| Pré-edital | Alteração | 9.1.2, 3º parágrafo | O valor monetário previsto do Programa Exploratório Mínimo objeto dos instrumentos de garantia apresentados pela licitante vencedora será reajustado pelo IGP-DI a partir da data da sessão pública de apresentação de ofertas nos termos do contrato de concessão. | A proposta visa unificar a aplicação de um mesmo índice de atualização monetária à todas as disposições do Edital de Licitações e respectivo Contrato de Concessão; sendo certo que o IGP-DI se trata do índice historicamente utilizados pela ANP para a atualização dos valores relativos à retenção de áreas. |
| Pré-edital | Exclusão | 9.1.2.3, 1º parágrafo |  | O IBP entende que não seria razoável exigir, além dos demais critérios determinados neste item, que o primeiro óleo tenha ocorrido há pelo menos dois anos.  Conforme o parágrafo 3º abaixo, é necessário que a média da receita operacional líquida ajustada à base de cálculo por barril dos quatro trimestres anteriores ao trimestre da data de assinatura do contrato de penhor seja positiva, exigindo-se, para tanto, produção por no mínimo 1 ano.  Nesse sentido, como a referência para o limite máximo de empenho mencionado no parágrafo 5º abaixo é a produção média aferida nos últimos 12 meses, portanto não requerendo que o campo já estivesse em produção há 2 anos. A segurança da garantia ofertada está na reserva provada e na produção futura que seja capaz de gerar valor transacional até o final do Período Exploratório da Concessão objeto da garantia. Ademais, sugere-se o registro do Contrato de penhor na circunscrição da sede da empresa detentora dos direitos do Campo ou dos Campos que sejam objeto deste penhor, uma vez que esta é a alternativa mais viável, considerando que outros critérios, tais como recolhimento de royalties, fariam com que o registro tivesse que ser realizado em diversos municípios e circunscrições. |
| Pré-edital | Inclusão | 9.1.2.3, 1º parágrafo (em substituição ao 1º parágrafo original) | Serão admitidos contratos de Penhor de Petróleo e Gás Natural produzido no território nacional, sobre Campos já em Produção, sujeitos à aprovação prévia da ANP e à legislação vigente, conforme modelo constante do ANEXO XXV deste Edital. Para que seja aceito como garantia ao Programa Exploratório Mínimo ofertado, o contrato de penhor de Petróleo e Gás Natural deve ser assinado pelas partes, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição da sede da Concessionária que detém os direitos dos Campos cujo Petróleo e Gás Natural será(ão) objeto(s) do penhor, e entregue à ANP no prazo de 10 (dez) dias contados a partir de tal registro. | Vide justificativa anterior. |
| Pré-edital | Alteração | 9.1.2.3, 5º parágrafo | A receita operacional líquida ajustada à base de cálculo será apurada conforme disposições e definições previstas para preenchimento do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), conforme arts. 25 e 26 do Decreto nº 2.705/1998, Portaria ANP nº 58/2001 e Resolução ANP nº 12/2014, caso não seja possível determinar objetivamente o preço de venda do gás firmado entre o contratado e terceiros. | De forma alternativa, caso a ANP permaneça na posição de limitar a garantia do total de gás empenhado, deve-se levar em consideração que o “*Contrato de Penhor de Gás Natural deverá estar associado a gás monetizável mediante contrato de compra e venda previamente firmado entre o contratado e terceiros”,* tornando-se desnecessário o ajuste da receita operacional líquida com base no preço de referência, já que o preço final de venda do gás estará objetivamente determinado no contrato de c/v de gás.  A inclusão é feita para que o preço de referência seja utilizado tão somente quando não for possível determinar o preço no contrato.  Utilizar o preço de referência como parâmetro, na prática, significa reduzir drasticamente o limite de empenho aceito pela ANP. A própria minuta do contrato de penhor de gás trouxe a previsão que na execução da garantia, a ANP receberá os valores relativos ao compromisso de aquisição dos volumes mínimos contratualmente previstos (cláusula “take or pay”) diretamente do interveniente anuente, ou seja, do comprador do gás (cláusula 7.3 do Anexo XXV).  Reforçando-se a ideia que a execução da garantia será pautada nos valores envolvidos no contrato de c/v de gás, sendo irrelevante o preço de referência para fins de empenho do gás. |
| Pré-edital | Alteração | 9.1.2.3, 6º parágrafo | O limite máximo de empenho aceito pela ANP para os contratos de penhor, considerando inclusive os contratos em vigor, será de 50% da produção anual total de petróleo e gás natural da concessionária no Brasil, aferida pela média dos últimos 12 (doze) meses dos valores constantes do Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural. Quando o contrato de compra e venda previamente firmado entre o contratado e terceiros trouxer a previsão de compromisso de retirada pela cláusula take or pay, o limite máximo poderá ser igual ou inferior a limite estabelecido, observando quantidades diárias contratadas (QDC/m3) e quantidades anuais contratadas (QAC/m3). | De forma alternativa, caso a ANP permaneça na posição de limitar a garantia do total de gás empenhado, o limite deve considerar que o Contrato de Penhor de gás associado a monetização, na prática, utiliza a garantia adicional dos recebíveis decorrente do contrato. Assim, a limitação de 50% da produção anual poderá ser bem superior, mitigando-se os riscos da produção e venda, quando o contrato prever o compromisso da cláusula take or pay.  Além disso, qualquer redução na produção abaixo da QDC ou não cumprimento do contrato, poderá ser verificado pela ANP pelos BMP, o que poderia ensejar na exigência de reforço de garantia pela agência, conforme o caso.  A própria minuta do contrato de penhor de gás trouxe a previsão que na execução da garantia, a ANP receberá os valores relativos ao compromisso de aquisição dos volumes mínimos contratualmente previstos (cláusula “take or pay”) diretamente do interveniente anuente, ou seja, do comprador do gás (cláusula 7.3 do Anexo XXV).  Reforçando-se a ideia que é possível, sem riscos, a garantia do penhor em patamar superior a 50%, já que, em caso de inadimplemento, a ANP poderia obter até 100% dos valores referentes da cláusula take or pay, independente da tradição ou venda do bem empenhado. |
| Pré-edital | Inclusão | 9.1.2.5 | **Substituição da Garantia Financeira**  Após a assinatura do contrato de concessão, as garantias financeiras poderão ser substituídas ou alteradas, inclusive por outras formas de garantia a critério da ANP, na forma estabelecida no contrato de concessão. | Após a assinatura do contrato de concessão e conforme previsto na minuta do contrato de concessão, é lícito ao concessionário solicitar a substituição ou alteração da garantia financeira. Nesta hipótese, seria facultado ao concessionário apresentar outras formas de garantia regularmente aceitas pela ANP para fins de cumprimento do programa exploratório mínimo que não as previstas no edital, sujeito à aprovação da ANP. |
| Pré-edital | Alteração | 9.1.4, após a 1ª frase do 1º parágrafo | As licitantes vencedoras que apresentaram oferta em consórcio deverão apresentar instrumento constitutivo do consórcio arquivado na Junta Comercial competente, subscrito pelos consorciados. Caso o registro não tenha sido disponibilizado pela Junta Comercial até a data estipulada pela ANP para entrega do contrato de consórcio, a ANP poderá conceder uma prorrogação do referido prazo, mediante requerimento pelas licitantes, devidamente fundamentado, acompanhado da minuta do contrato de consórcio e o respectivo protocolo de entrada do documento fornecido pela Junta Comercial. | Tendo em vista que as licitantes não têm controle sobre os prazos e processos internos das Juntas Comerciais, entende-se que é necessário prever a possibilidade de prorrogação do prazo para apresentação do contrato de consórcio, evitando-se assim prejuízos às licitantes. |
| Pré-edital | Alteração | 9.2, 5º parágrafo | A afiliada que receber a delegação deverá apresentar documentos para assinatura do contrato de concessão, previstos nas seções 9.1.2, 9.1.3 e, caso aplicável, 9.1.4 e 9.1.5, e obter qualificação econômico-financeira e jurídica no nível exigido para assinar o contrato de concessão ou superior, além de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista no prazo constante na Tabela 1. | Objetivo de explicitar informação informalmente prestada pela ANP |
| Pré-edital | Alteração | 9.2.1, 1º parágrafo | A afiliada indicada para assinar o contrato de concessão deverá entregar os documentos para qualificação econômico-financeira e jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, listados nesta seção, no prazo indicado na Tabela 16, do item 9.2.2, conforme Tabela 1, na forma prevista na seção 3. | Na prática, o prazo de 05 dias corridos se revela inviável de ser cumprido, sendo a sugestão do IBP que seja adotado o mesmo prazo previsto para as hipóteses de empresas brasileiras serem constituídas após a licitação, de aproximadamente 02 meses. |
| Pré-edital | Alteração | 9.3.2, 1º parágrafo | Caso uma licitante integrante de consórcio vencedor não celebre o contrato de concessão até a data definida pela ANP, as demais consorciadas serão convocadas para, no prazo definido pela CEL, manifestarem interesse em assumir as responsabilidades da licitante desclassificada ou desistente, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na seção 10 e na legislação aplicável à licitante que não assinar o contrato de concessão. | Vide justificativa constante do item Art. 7.6.2, 1º parágrafo |
| Pré-edital | Alteração | 9.3.2, 2º parágrafo | Para tanto, é necessário que o consórcio mantenha pelo menos uma consorciada qualificada no nível mínimo exigido para o setor onde se localiza o bloco objeto do contrato de concessão, para atuar na condição de operadora. Caso necessário, uma das licitantes integrantes do consórcio poderá apresentar nova documentação à ANP e requerer alteração de seu nível de qualificação com o fim de assumir a operação do consórcio. | No caso da licitante operadora não assinar o contrato de concessão, é razoável conceder às demais consorciadas vencedoras do certame, a oportunidade de assumirem a operação. |
| Pré-edital | Alteração | 9.3.2, 4º parágrafo | Caso nenhuma das licitantes integrantes do consórcio assuma as responsabilidades da licitante desclassificada ou desistente, a garantia de oferta será executada e financeiramente liquidada nos termos da seção 5.5 e será adotado o procedimento disposto na seção 9.3.1, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na seção 10 e na legislação aplicável à licitante não qualificada. | Vide justificativa constante do item Art. 7.6.2, 1º parágrafo |
| Pré-edital | Inclusão | 9.3.3 | Em qualquer das hipóteses previstas nos itens 9.3.1 e 9.3.3, o licitante ou consórcio fará jus à restituição do valor equivalente ao Bônus de Assinatura, o qual deverá ser restituído pela ANP. | O texto agregado busca prevenir as hipóteses de enriquecimento ilícito por parte da União, em desfavor aos participantes do certame. Ademais, cumpre destacar que o artigo 46 da Lei 9.478/97 determina que o bônus de assinatura deve ser pago na data da assinatura do contrato. Além disso, a penalidade pela não assinatura do contrato de consórcio tem natureza distinta do Bônus de Assinatura. Portanto, não poderia ser deste descontado. |
| Pré-edital | Exclusão | Item 10, alínea “c” |  | Além de não encontrar amparo legal, o IBP entende que não seria razoável criar no Edital uma sanção que extrapole suas atribuições legais, podendo ainda impactar outros segmentos da economia e da administração pública. |
| Pré-edital | Alteração | Item 10.1, alínea “a” | Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do somatório do valor ofertado para o bônus de assinatura | O PEM não está diretamente vinculado ao momento da licitação e por isso não deveria integrar a base de cálculo da multa por não assinatura do contrato.  Ademais, o valor se revela excessivo e desproporcional em relação ao descumprimento. |
| Pré-edital | Alteração | Item 10.1, alínea “b” | Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do somatório do valor ofertado para o bônus de assinatura | Fatos novos podem surgir após a sessão de apresentação de oferta que podem prejudicar o cumprimento das obrigações previstas no Edital. (Vide 10.2 – parte final) |
| Pré-edital | Inclusão | 10.1, 1º parágrafo após alínea “b.2” | Em caso de consórcio, a licitante que não assinar o contrato de concessão será exclusivamente responsável pelo pagamento da multa, cujo valor será proporcional à sua participação da infratora no consórcio. | O IBP entende que não é razoável a licitante assumir a participação das infratoras, nem tampouco que seja penalizada por este ato. |
| Pré-edital | Inclusão | Item 10.1, após o 2º parágrafo | As penalidades acima não serão aplicadas caso a licitante apresente justificativa fundamentada em fato posterior à sessão pública de apresentação de ofertas. | Fatos novos podem surgir após a sessão de apresentação de oferta que podem prejudicar o cumprimento das obrigações previstas no Edital. (Vide 10.2 – parte final) |
| Pré-edital | Alteração | 10.2, 2º parágrafo | A suspensão temporária do direito de participar de futuras licitações e de contratar com a ANP será aplicada, sem prejuízo das demais penalidades, caso a infratora seja reincidente em ser convocada e não assinar o contrato até a data definida pela ANP, e não apresente justificativa fundamentada em fato posterior à sessão pública de apresentação de ofertas. | Não apenas justificativas técnicas, mas outros eventos legalmente admitidos, como por exemplo, eventos de força maior. |
| Pré-edital | Exclusão | 10.3 |  | Vide comentário do item “c” do caput da cláusula 10. |
| Pré-edital | Alteração | 13.1, 2ª parágrafo, após a 1ª frase. | A ANP poderá suspender a licitação por determinação judicial em razão da concessão de medidas liminares e cautelares ajuizadas por interessados ou por terceiros, assim como por motivos de interesse público, devidamente fundamentados. Neste caso, os efeitos desta suspensão não deverão acarretar ônus aos interesses dos participantes da licitação. | Nas hipóteses de eventuais ações judiciais que ensejem a suspensão da licitação, o IBP os participantes não devem suportar ônus adicionais, como, por exemplo, ter a obrigação de renovar sucessivamente, por tempo indeterminado, garantias de oferta. |
| Pré-edital | Alteração | VII | A representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), sob as penas previstas na legislação aplicável, declara que (i) conhece e aceita, integralmente e sem qualquer restrição, as regras e condições estabelecidas no edital da 13ª14ª Rodada de Licitações e seus anexos e (ii) apresentará na etapa de qualificação, , no prazo previsto no Edital, a documentação necessária a comprovar sua capacidade técnica, econômico-financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, em conformidade com os requisitos do edital da 13ª14ª Rodada de Licitações.. Declara, ainda, sob as penas previstas na legislação aplicável, que conhece o conjunto de normas brasileiras que vedam e punem condutas lesivas à concorrência, comprometendo-se a não empreendê-las. | Melhoria na redação |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XIII, alínea “f” | A aquisição de levantamentos não exclusivos e de levantamentos não exclusivos reprocessados, que tenham sido autorizados pela ANP, poderão ser computadas as UTs, considerando o tempo decorrido entre a data da compra do dado ou a data de compra do dado reprocessado e a conclusão da operação de aquisição ou a data de conclusão do reprocessamento de dados não exclusivos, utilizando se um fator redutor para a realização do abatimento, conforme condições detalhadas na Tabela 24. | Seria justo e razoável considerar a data de conclusão da atividade em si, para seu abatimento, e não da solicitação relacionada a tal atividade, conforme comentário já apresentado em relação à Minuta do Contrato de Concessão da 13ª Rodada. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XIII, Nota 1, Tabela 22 | Para efeito de cômputo do valor a considerar para cumprimento do Programa Exploratório Mínimo do primeiro período exploratório, o valor das UTs correspondentes ao trabalho exploratório realizado será multiplicado pelo fator redutor da tabela, conforme o tempo decorrido entre a data da compra do dado e a conclusão da operação de aquisição.  Para aquisição de levantamentos não exclusivos reprocessados será considerado o tempo decorrido entre a data da compra do dado e a conclusão da operação de reprocessamento de dados não exclusivos. | Vide justificativa acima. |
| Pré-edital | Inclusão | Anexo XVII, item 2.3 | Itens V, VII, VIII e IX: Para fins de pontuação, a licitante deve citar, além das atividades de produção, as atividades de desenvolvimento. | Vide o comentário do item 7.2.1.3 |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XXIII, itens 1, 6 e 7 | 1. O Valor Nominal da Carta de Crédito será reajustado pelo IGP-DI, desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas até a data do efetivo recebimento dos valores garantidos, e poderá ser sacado pela ANP segundo o disposto na Cláusula 5 desta Carta de Crédito, em qualquer Dia Bancário durante o Período de Saque com início às 10:00 h e término às 16:00 h, horário do Rio de Janeiro, compreendidos do dia *[inserir a data de assinatura do Contrato de Concessão, no formado dia/mês/ano]*, ao *[inserir a data no formado dia/mês/ano, após os 180 dias do último dia da Fase de Exploração][[1]](#footnote-1)* (o "Período de Saque"). Entende-se por “Dia Bancário” qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia em que os bancos comerciais na cidade do Rio de Janeiro estejam autorizados ou obrigados por lei, norma reguladora ou decreto, a fechar.  6. Mediante a apresentação pela ANP, durante o Período de Saque, da Ordem de Pagamento e do Comprovante de Saque no estabelecimento designado pelo Emitente na Cláusula 5 desta Carta de Crédito, o Emitente deverá pagar, em Reais, o Valor Nominal, reajustado pelo IGP-DI desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas até a data do efetivo recebimento dos valores garantidos, conforme procedimento estabelecido no comprovante de saque, o emitente deverá efetuar o pagamento até o dia bancário imediatamente posterior a apresentação do pedido.  7. Esta Carta de Crédito expirará na ocorrência do primeiro dos seguintes eventos: (i) em [inserir a data no formado dia/mês/ano, após os 180 dias do último dia da Fase de Exploração][[2]](#footnote-2), (ii) a redução do Valor Nominal desta Carta de Crédito a zero, (iii) a data em que a ANP apresentar ao Emitente um Comprovante executado pela ANP consoante o Documento 4 (Comprovante de Conclusão), e (iv) o pagamento irrevogável pelo Emitente à ANP conforme definido na Cláusula 6 desta Carta de Crédito do Valor Nominal, reajustado pelo IGP-DI desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas até a data do efetivo recebimento dos valores garantidos, através de um saque adequado. Entretanto, qualquer saque corretamente realizado antes de expirada esta Carta de Crédito será honrado pelo Emitente. Caso o estabelecimento designado pelo Emitente na Cláusula 5 desta Carta de Crédito esteja fechado na data definida em (i) desta Cláusula 7, a data de vencimento desta Carta de Crédito e do Período de Saque se estenderá até o próximo Dia Bancário em que o referido estabelecimento estiver aberto. | A proposta visa unificar a aplicação de um mesmo índice de atualização monetária à todas as disposições do Edital de Licitações e respectivo Contrato de Concessão; sendo certo que o IGP-DI se trata do índice historicamente utilizados pela ANP para a atualização dos valores relativos à retenção de áreas. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XXIV | O valor garantido por esta apólice é de R$ [inserir o Valor Nominal] ([inserir o valor por extenso] reais) , e será reajustado pelo IGP-DI desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas até a data do efetivo recebimento dos valores garantidos. | A proposta visa unificar a aplicação de um mesmo índice de atualização monetária à todas as disposições do Edital de Licitações e respectivo Contrato de Concessão; sendo certo que o IGP-DI se trata do índice historicamente utilizados pela ANP para a atualização dos valores relativos à retenção de áreas. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XXV, cláusula 2.1 | A [inserir a denominação social da licitante], neste ato, dá em primeiro e exclusivo penhor à ANP, em conformidade com os artigos 1.431 a 1.435 e 1.447 a 1.450 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), para o fim de garantir [inserir "parcialmente" ou "totalmente", conforme o caso]as obrigações assumidas no(s) Contrato(s) de Concessão listado(s) no Anexo XX, relativamente aos Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) nele(s) contido(s), a quantidade de Petróleo extraída do(s) campo(s), a partir do Ponto de Medição, conforme definido no(s) referido(s) Contrato(s) de Concessão , do(s) Campo(s) em Fase de Produção listado(s) no Anexo I deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), em quantidade equivalente a/ao [inserir "parte" ou "total", conforme o caso] do valor comprometido no(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) conforme listado(s) no Anexo II do presente Contrato. | A ANP determina que o penhor seja constituído sobre a totalidade do petróleo produzido de determinado campo ou campos. Desta forma, o IBP entende que não seria razoável que a ANP determine a impossibilidade do Concessionário de instituir penhor sobre parcela excedente, quando o valor do PEM garantido for inferior ao valor da produção. Desta forma, sugerimos que seja incluída cláusula estabelecendo que caso aprovado pela ANP, o Concessionário poderá instituir outro(s) penhor(s) sobre o petróleo, a fim de possibilitar o oferecimento em garantias de parcela do petróleo que não seja necessário para garantia da ANP. Alternativamente, o contrato deve estabelecer de forma objetive que a garantia é instituída somente sobre parcela do petróleo extraído do Campo equivalente ao valor do PEM a que se destina garantir. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XXV – 2.2 | 2.2 A [inserir a denominação social da licitante] confirmará, por meio de Boletins Mensais de Medição e do Contrato de compra e venda de gás previamente firmado entre o contratado e terceiros ou do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), quando não for possível apurar objetivamente o preço de venda do gás, a Produção de Gás Natural dos campos mencionados no Anexo I, de maneira a manter sempre empenhada quantidade necessária à satisfação integral das obrigações assumidas no presente Contrato em relação ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s), no montante definido na Cláusula 9.1. | Alteração da minuta de contrato, considerando as inclusões propostas ao pré-edital item 9.1.2.3, já que o empenho em gás deverá ser precedido de contrato de compra e venda de gás, utilizando-se o preço de referência apenas de forma subsidiária, quando não for possível apurar o preço de venda do gás. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XXV, cláusula 3.3 | **Valor Total Empenhado**: valor total do penhor de petróleo e gás natural (BOE) para cada ano, conforme determinado na cláusula 3.1. | Proposta objetiva alinhar a redação com o disposto na cláusula 2.1, que permite que o penhor garanta total ou parcialmente as obrigações do PEM. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XXV, cláusula 6.1, alínea “h” | somente irá instituir qualquer outro gravame sobre os bens ora empenhados, mediante aprovação prévia pela ANP. | Vide comentário à cláusula 2.1 acima. |
| Pré-edital | Exclusão | Anexo XXV, cláusula 6.3, alínea “b” |  | O IBP entende que não seria aplicável que a ANP autorize o Concessionário a cumprir suas obrigações perante terceiros. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XXV, cláusula 7.2.1 | A ANP poderá, alternativamente, solicitar à empresa que entregue o Petróleo e Gás Natural (BOE) empenhados a terceiros, para que estes pratiquem, em nome da ANP, todos os atos necessários para promover a venda e transferência do Petróleo e Gás Natural empenhados, em quantidade suficiente para cobrir o valor correspondente ao inadimplemento havido, nos limites da garantia aqui constituída. | Para consistência com a cláusula 2.1 acima, que permite que o penhor garanta total ou parcialmente as obrigações do PEM. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XXV, cláusula 7.3 | Além dos direitos relacionados na legislação concernente à matéria, e dos dispositivos previstos nas Cláusulas Terceira e Sexta deste contrato, poderá a ANP exigir o reforço de garantia caso os bens se deteriorem ou pereçam sem culpa da [inserir o nome da sociedade empresária][inserir a denominação social da licitante]**.** | O IBP propõe o ajuste da redação quanto a danos, por entender que não está claro a quais danos se refere, podendo, portanto, implicar em responsabilidade excessiva ao concessionário, inclusive em relação a danos sobre os quais o concessionário não contribuiu.  Quanto à redação que trata de cessão, não nos parece claro a quais direitos ela se refere. Nota-se que o penhor, como um direito real, nos termos da legislação aplicável, não é prejudicado pela cessão dos direitos de propriedade sobre o bem empenhado. |
| Contrato | Exclusão | 1.2.2. |  | Definição não utilizada no contrato. |
| Contrato | Alteração | 1.2.4 | É qualquer parcela da Área de Concessão selecionada para desenvolvimento, conforme as disposições do Contrato. | Manter correlação com a definição prevista na Resolução ANP nº 17/2015.    Adicionalmente, na forma do texto original as duas definições (área de campo e área de desenvolvimento) apresentam o mesmo significado.  Ao longo do contrato, o uso da definição de Área de Desenvolvimento dá a entender que essa área existe desde a Declaração de Comercialidade, quando de fato deveria ser considerada desde a aprovação do Plano de Desenvolvimento (e.g. artigo 3.2.3). |
| Contrato | Alteração | 1.2.7 | Cessão: transferência, total ou parcial, da titularidade de direitos e obrigações decorrentes do Contrato; a fusão, cisão e incorporação, quando a reorganização societária resultar em mudança do Contratado; | A mera modificação do Operador, sem a alteração das participações indivisas, não deveria ser considerada como Cessão. Desse modo, vislumbra-se a simplificação e desburocratização do processo (ex: necessidade de submissão ao CADE). |
| Contrato | Inclusão | 1.2.9 | Compromisso Contingente: é a atividade prevista no Plano de Avaliação de Descoberta cuja realização é incerta e dependente do resultado dos compromissos firmes que a antecedem e a ela são correlatos. | Definição em linha com a resolução 30/2014 que disciplina o Plano de Avaliação de Descoberta. |
| Contrato | Inclusão | 1.2.10 | Compromisso Firme: é a atividade prevista no Plano de Avaliação de Descoberta cuja realização é certa e obrigatória para atingir os objetivos do Plano de Avaliação de Descoberta. | Vide justificativa anterior. |
| Contrato | Inclusão | 1.2.14 | **Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação:** aquelas relacionadas com atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizadas na forma de projeto ou programa executado no País com o objetivo de: a) financiar trabalho criativo desenvolvido de forma sistemática para aumentar o campo dos conhecimentos científicos e tecnológicos ou a utilização desses conhecimentos para criar novas aplicações. b) financiar a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novo produto, processo ou serviço, decorrente da realização de atividade de pesquisa e desenvolvimento (conforme Regulamento ANP 3/2015). | No texto da cláusula vigésima quarta existem itens em caixa alta que não constam na cláusula primeira de definições. |
| Contrato | Inclusão | 1.2.16 | **Empresa Brasileira:** Organização econômica, devidamente registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, constituída sob as leis brasileiras e com sede de sua administração no Brasil. (Art. 60, DL 2.627/40 e Art. 1.126, Lei Nº 10.406/2002). (conforme regulamento ANP 3/2015) | Alterações propostas no texto da cláusula vigésima quarta requerem a inclusão de nova definição. |
| Contrato | Exclusão | 1.2.19 |  | Definição não utilizada no contrato. |
| Contrato | Exclusão | 1.2.22 |  | Definição não utilizada no contrato. |
| Contrato | Alteração | 1.2.26 | **Melhores Práticas da Indústria do Petróleo**  práticas e procedimentos geralmente empregados na Indústria de Petróleo em todo o mundo, por Operadores prudentes e diligentes, sob condições e circunstâncias semelhantes àquelas experimentadas relativamente a aspecto ou aspectos relevantes das Operações, visando principalmente à garantia de: (a) aplicação das melhores técnicas e procedimentos mundialmente vigentes nas atividades de Exploração e Produção; (b) conservação de recursos petrolíferos e gasíferos, o que implica a utilização de métodos e processos adequados à maximização da recuperação de hidrocarbonetos de forma técnica, econômica e ambientalmente sustentável, com o correspondente controle do declínio de reservas, e à minimização das perdas na superfície; (c) segurança operacional, o que impõe o emprego de métodos e processos que assegurem a segurança das Operações, contribuindo para a prevenção de incidentes; (d) preservação do meio ambiente e respeito às populações, o que determina a adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais, bem como ao controle e ao monitoramento ambiental das Operações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. | A definição constante das minutas dos contratos de concessão da 11ª e 12ª Rodada de Licitações, está menos sujeita à interpretações subjetivas, gerando, por conseguinte, menor insegurança jurídica para o concessionário. Inobstante, mantiveram-se as referências aos conceitos e garantias emanadas da Lei 9.478/97 e suas respectivas modificações. |
| Contrato | Inclusão | 1.2.40 | **Receita Bruta da Produção:** Conforme resolução ANP num 12/14:  Receita Bruta mensal = (VPFpetróleo x Ppetróleo) + (VPFgás x Pgás)  Onde:  VPFpetróleo: volume de produção fiscalizada de petróleo, em m3 ;  Ppetróleo: preço de referência do petróleo, em R$/m3 ; VPFgás: volume de produção fiscalizada de gás natural, em m3 ;  Pgás: preço de referência do gás natural, em R$/m | No texto da cláusula vigésima quarta existem itens em caixa alta que não constam na cláusula primeira de definições. |
| Contrato | Alteração | 1.2.45 | **Relatório Final de Avaliação de Descoberta**: documento preparado e apresentado pelo Concessionário à ANP qual se descreve o conjunto das Operações empregadas para a Avaliação de Descoberta de Petróleo e/ou Gás Natural, os resultados desta Avaliação e, eventualmente, a área que o Concessionário pretende reter para Desenvolvimento | A declaração de comercialidade é um ato unilateral do concessionário e sua efetividade não deve ser condicionada à aprovação do relatório final de avaliação de descoberta. |
| Contrato | Alteração | 1.2.47 | **Responsabilidade Social:** responsabilidade do Concessionário pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que (a) contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; (b) esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com melhores práticas da indústria do petróleo; e (c) esteja integrada no Concessionário e seja praticada em suas relações, que se referem às atividades do Concessionário dentro de sua esfera de influência. | Não existem “normas internacionais de comportamento”, conceito que gera insegurança quanto ao conteúdo da exigência. |
| Contrato | Alteração | 1.2.49 | **Término de Perfuração**: momento em que o avanço da broca no poço é cessado, em definitivo. | Definição mais apropriada, considerando que não necessariamente se atingirá a profundidade final do poço, podendo ser mais ou menos profundo, podendo inclusive haver perfuração horizontal. |
| Contrato | Alteração | 2.3 | O Concessionário deverá suportar todos os prejuízos em que venha a incorrer, que afetem a Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural na Área de Concessão. | O texto retirado Implicaria em responsabilidade civil por risco integral. |
| Contrato | Alteração | 2.5 | O Concessionário será o único responsável civilmente pelos seus próprios atos e os de seus prepostos e subcontratados, bem como pela reparação de quaisquer danos causados pelas Operações e sua execução, independentemente da existência de culpa excluídos os casos fortuitos e/ou de força maior, bem como acidentes ou eventos da natureza, nos termos da cláusula trigésima primeira. | O texto agregado visa a afastar a responsabilidade civil por risco integral. Além disso, o próprio Contrato já prevê, em consonância com a lei, hipóteses de exclusão de risco, como a Cláusula 31ª, razão pela qual estamos a fazer a presente ressalva em relação a danos causados pelas operações. |
| Contrato | Exclusão | 3.5 |  | Tal obrigação se acha prevista na cláusula 21.8 |
| Contrato | Alteração | 4.1.1 | Fase de Exploração, para toda a Área de Concessão, com duração prevista no Anexo II – Programa Exploratório Mínimo, e | A fase de exploração poderá ser prorrogada pelo que o prazo descrito nesta cláusula não necessariamente será o prazo máximo. |
| Contrato | Alteração | 4.2 | A vigência deste Contrato, corresponderá ao período decorrido desde a data de sua assinatura até o encerramento da Fase de Exploração, salvo se houver Declaração de Comercialidade de uma ou mais Descobertas, caso em que haverá um acréscimo de 35 (trinta e cinco) anos contado da Declaração de Comercialidade apresentada à ANP. | Os campos da Rodada Zero demonstram que o prazo contratual de 27 anos é não é adequado, razão pela qual ora se sugere um prazo de 35 anos. Há inclusive exemplos de concessões de outros setores regulados (ex: setor elétrico – Lei 9074/97) que adotam o prazo contratual de 35 anos. |
| Contrato | Alteração | 5.6.2 | dado sísmico reprocessado deverá estar contido dentro da Área de Concessão, podendo, a critério da ANP, serem considerados dados reprocessados de áreas exteriores não contratadas adjacentes à área concedida, mediante justificativa técnica | Visa a dar maior flexibilidade para a ANP especialmente em casos especiais que há potencial de unitização. |
| Contrato | Inclusão | 5.7.1 | O Concessionário poderá solicitar à ANP que o compromisso do Programa Exploratório possa ser aplicado em outra Concessão para a qual ele tiver obtido outorga no mesmo processo licitatório no caso de ter sido comprovada a ausência de prospectividade após as atividades já realizadas, desde que o somatório dos Programas Exploratórios Mínimos seja mantido. A ANP decidirá, a seu exclusivo critério, se tal aplicação será cabível frente aos dados e informações já disponibilizadas na área concedida, observadas as disposições do artigo 5.9.2 alíneas “a” e “c”. | Proposta visa otimizar investimentos totais e melhor aproveitamento dos recursos para identificação de potenciais petrolíferos. |
| Contrato | Alteração | 5.8 | A ANP emitirá laudo de controle de qualidade para devolução ou aceitação dos dados recebidos, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de entrega dos dados pelo Concessionário. | Alteração em linha com a Resolução ANP 11/2011) |
| Contrato | Alteração | 5.9 | Para fins de cumprimento do Programa Exploratório Mínimo, somente serão convertidos em Unidades de Trabalho os dados cuja aquisição, processamento, reprocessamento e formatação tenham atendido a todos os requisitos definidos nas normas regulatórias e nos padrões técnicos estabelecidos pela Agência. | O termo “Informação” não se confunde com “interpretação”.  A produção da interpretação demanda conhecimento, classificação, análise e reflexão, o que requer esforço e investimentos pecuniários pelo Concessionário.    Compreende-se por conhecimento os dados e as informações interpretadas, isto é, aquelas submetidas a estudos conduzidos em conformidade com os métodos recomendados pelo estado da arte da ciência e da tecnologia, conferindo-se à mesma a qualidade de propriedade intelectual, gozando, por conseguinte, de proteção legal conferida pela Constituição, pelo acordo TRIPS e pela Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/98). Portanto, as cláusulas contratuais que solicitam a entrega dos dados e informações interpretadas violam o direito de propriedade do concessionário.    Dessa forma, o IBP entende que somente os elementos em estado bruto e aqueles submetidos a tratamento preliminar obtidos como resultado das operações de exploração e produção, realizadas sob a égide do Contrato de Concessão, devem ser entregues pelas Concessionárias à ANP, a fim de compor os “recursos petrolíferos nacionais” referidos no art. 22, caput, da Lei do Petróleo, o que não abrange os dados e informações interpretadas.    Ainda, sustentamos que a propriedade privada é um dos princípios da Ordem Econômica (art. 170, II CRFB/88), situado no mesmo capítulo da Constituição que trata do órgão regulador para o setor petrolífero (art. 177 § 1.º), de modo que a Constituição, neste aspecto deve ser interpretada considerando a valoração axiológica existente entre o citado princípio positivado e a regra de seu art. 177, § 1.º . |
| Contrato | Alteração | 5.11.1 | Como contrapartida à isenção de que trata este parágrafo, o Concessionário pagará um valor correspondente, em pecúnia, a duas vezes o total das Unidades de Trabalho não cumpridas, corrigidas monetariamente pelo IGP-DI ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas até a data do efetivo pagamento. | A proposta visa unificar a aplicação de um mesmo índice de atualização monetária à todas as disposições do Edital de Licitações e respectivo Contrato de Concessão; sendo certo que o IGP-DI se trata do índice historicamente utilizados pela ANP para a atualização dos valores relativos à retenção de áreas. |
| Contrato | Alteração | 5.17 | A inexecução, parcial ou integral, do Programa Exploratório Mínimo ao Final da Fase de Exploração, sem a devida anuência da ANP e nos casos previstos neste Contrato, implica a extinção de pleno direito do Contrato, sem prejuízo da execução das garantias financeiras de atividades exploratórias e da aplicação de sanções cabíveis. | A proposta visa garantir a transparência do processo, no sentido que a ANP deve dar conhecimento da inexecução do PEM ao Concessionário, antes de aplicar o instituto da extinção contratual, garantindo segurança jurídica ao Concessionário e equilíbrio na relação contratual. |
| Contrato | Alteração | 5.17.1 | Os valores das atividades do Programa Exploratório Mínimo não executadas estão definidos em Unidades de Trabalho e são líquidas, podendo ser exigidos do concessionário ou do garantidor, sempre corrigidos anualmente pelo IGP-DI desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas. | A proposta visa unificar a aplicação de um mesmo índice de atualização monetária à todas as disposições do Edital de Licitações e respectivo Contrato de Concessão; sendo certo que o IGP-DI se trata do índice historicamente utilizados pela ANP para a atualização dos valores relativos à retenção de áreas. |
| Contrato | Alteração | 6.4 | A garantia financeira deverá respeitar a forma indicada no edital de licitação, quando aplicável. | Após a assinatura do contrato de concessão, é lícito ao concessionário solicitar a substituição ou alteração da garantia financeira, inclusive por outras formas de garantia regularmente aceitas pela ANP que não as previstas no edital e no contrato de concessão. A substituição e a forma de garantia propostas estão sujeitas a aprovação da ANP. |
| Contrato | Alteração | 6.5 | A garantia financeira somente poderá ser substituída ou alterada, inclusive por outras formas de garantia a critério da ANP, após aprovação pela ANP. | Após a assinatura do contrato de concessão, é lícito ao concessionário solicitar a substituição ou alteração da garantia financeira, inclusive por outras formas de garantia regularmente aceitas pela ANP que não as previstas no edital e no contrato de concessão. A substituição e a forma de garantia propostas estão sujeitas a aprovação da ANP. |
| Contrato | Alteração | 6.7 | Em caso de deterioração significativa da garantia financeira, a critério da ANP, o Concessionário deverá substituí-la ou apresentar garantia adicional. | Após a assinatura do contrato de concessão e conforme previsto na minuta do contrato de concessão, é lícito ao concessionário solicitar a substituição ou alteração da garantia financeira. Nesta hipótese, seria facultado ao concessionário apresentar outras formas de garantia regularmente aceitas pela ANP para fins de cumprimento do programa exploratório mínimo que não as previstas no edital, sujeito à aprovação da ANP. |
| Contrato | Exclusão | 6.7.1 |  | Trata-se de garantia a indenização para o caso do Concessionário se recusar a ou por outro motivo vir as descumprir as obrigações do contrato de concessão, nas condições propostas e dentro do prazo estabelecido no mesmo. Entende-se, como já aventado pela própria Agência, que esta e outras garantias tem como objetivo cobrir as perdas para a sociedade, decorrentes da não execução das atividades exploratórias comprometidas, além de atuar como uma punição para as empresas que não honrarem suas propostas, refletindo a situação de momento ao tempo da licitação e o fator vinculante do Edital.  Se a qualquer momento após a assinatura do Contrato, houver desequilíbrio em desfavor da Agência, a própria lei já permite que o contrato seja revisado e alterado. Portanto, entende-se como necessária a exclusão deste dispositivo, até mesmo para evitar incertezas para o Concessionário; excetuando-se todavia, os casos de manifesto desequilíbrio ou impossibilidade de plena **execução** da garantia. |
| Contrato | Inclusão | 6.8.5 | Quando um membro do consórcio for excluído compulsoriamente pela ANP nos termos do contrato de concessão, a garantia apresentada também será executada, abatendo-se o valor da garantia do valor do PEM, ficando os direitos e obrigações decorrentes da participação do consorciado excluído diluído entre os demais participantes. | Trata-se de cláusula com a redação semelhante à da cláusula 14.20 do Contrato de Concessão da 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais, a qual se aplica no que se refere à garantia do PEM, adaptada para que o valor da garantia executada possa vir a ser abatido do PEM. |
| Contrato | Alteração | 6.10 | O valor monetário previsto do Programa Exploratório Mínimo objeto dos instrumentos de garantia apresentados pelo Concessionário à ANP será reajustado anualmente pelo IGP-DI desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas. | A proposta visa unificar a aplicação de um mesmo índice de atualização monetária à todas as disposições do Edital de Licitações e respectivo Contrato de Concessão; sendo certo que o IGP-DI se trata do índice historicamente utilizados pela ANP para a atualização dos valores relativos à retenção de áreas. |
| Contrato | Inclusão | 6.11.2 | No caso de inadimplemento de Concessionário não-operador, relativo à renovação de garantias financeiras no valor correspondente à cota parte, a ANP deverá notificar os demais consorciados para que os mesmos se manifestem sobre eventual interesse na assunção da participação da parte inadimplente; | Hoje no Contrato de Concessão se um dos consorciados não renovar suas garantias há o risco real de perda da concessão. |
| Contrato | Inclusão | 6.11.3 | Caso o(s) consorciado(s) não inadimplente(s) manifeste(m) interesse na aquisição da cota parte, deverá(ão) providenciar a substituição das garantias financeiras e entrega-las à ANP no prazo de sessenta dias após a notificação da ANP. | Vide justificativa da cláusula 6.11.2 |
| Contrato | Inclusão | 6.11.4 | Caso o(s) consorciado(s) não inadimplente(s) opte(m) pela aquisição da cota parte do consorciado inadimplente, a ANP abrirá um processo de cessão de direitos, adotando o critério da proporcionalidade para cessão da cota parte inadimplente, quando houver mais de um concessionário remanescente. | Vide justificativa da cláusula 6.11.2 |
| Contrato | Inclusão | 6.11.5 | Caso o(s) consorciado(s) não inadimplente(s) opte(m) pela não aquisição da cota parte do consorciado inadimplemente, a ANP executará as garantias financeiras correspondentes em favor do cumprimento do PEM, de maneira que, após encerrado o período exploratório, caso haja direitos relativos à concessão, os mesmos devem ser repassados ao consorciado inadimplente ou ao seu garantidor. | Vide justificativa da cláusula 6.11.2 |
| Contrato | Alteração | 8.1 | o Concessionário, por meio de notificação à ANP, poderá a seu exclusivo critério, efetuar a Declaração de Comercialidade de Descoberta, exceto no caso previsto da Cláusula 5.18, alínea “d”. | A declaração de comercialidade é um ato unilateral do concessionário e sua efetividade não deve ser condicionada à aprovação do relatório final de avaliação de descoberta. |
| Contrato | Exclusão | 8.1.2 |  | A declaração de comercialidade é um ato unilateral do concessionário e sua efetividade não deve ser condicionada à aprovação do relatório final de avaliação de descoberta. |
| Contrato | Alteração | 8.7 | Caso a ANP, em bases tecnicamente justificáveis e para cada caso específico, entenda superado o motivo que importou a postergação de que tratam os parágrafos 8.4 e 8.5, notificará por escrito o Concessionário, para apresentar suas alegações. Na hipótese de indeferimento, o Concessionário disporá de um prazo de até 30 (trinta) dias para, a seu exclusivo critério, apresentar a Declaração de Comercialidade | Estabelecer critérios objetivos e ater-se às premissas que motivaram a prorrogação da Declaração de Comercialidade, preservando-se, por conseguinte, a segurança jurídica. |
| Contrato | Alteração | 9.1 | A Fase de Produção de cada Área de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade, e terá a duração inicial de 35 (trinta e cinco) anos, ou do prazo estabelecido no Plano de Desenvolvimento aprovado, podendo ser reduzida ou prorrogada nos termos desta cláusula. | Reportando ao comentário constante da cláusula 4.2 acima, O IBP entende que para a maior segurança ao Concessionário, deve ficar claro que o prazo da fase de produção será de 35 anos, sendo passível de ser reduzido ou prorrogado. |
| Contrato | Alteração | 9.3.1 | A ANP se manifestará sobre a solicitação de revisão do Plano de Desenvolvimento e de prorrogação da Fase de Produção em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo, justificadamente, recusar a proposta do Concessionário ou condicioná-la a modificações da revisão do Plano de Desenvolvimento, caso a revisão do Plano de Desenvolvimento apresentado não demonstre viabilidade técnica ou econômica para a prorrogação. | O IBP entende que é indispensável estabelecer um critério objetivo para que a ANP analise o pleito de prorrogação e possam recusá-lo ou condicioná-lo a modificações. Esta redação, condicionando a aprovação da prorrogação da fase de produção à demonstração de viabilidade técnica e econômica, se encontra nos Contratos de Concessão de Rodadas anteriores; cabendo destacar que a retirada do texto dos Contratos de Concessão da 12ª Rodada de Licitações, foi percebido pela indústria como um retrocesso. |
| Contrato | Alteração | 9.4.1 | O Concessionário somente poderá recusar a solicitação da ANP justificadamente, não estando obrigado a prosseguir a operação do Campo em condições que considere antieconômicas | Não parece razoável a exclusão do trecho grifado em amarelo. Inclusive é um dos fundamentos que a Petrobras sustenta para exercer o seu direito de retirada (nos casos de PSC). |
| Contrato | Alteração | 9.4.2 | 9.4.2. Transcorridos 180 (cento e oitenta) dias da proposta da ANP, a ausência de resposta do Concessionário será considerada aceitação tácita. | Adequação ao prazo máximo concedido para manifestação sobre o desenvolvimento, resilição e devolução do Campo. |
| Contrato | Inclusão | 9.4.3 | Caberá à ANP a responsabilidade por tais poços, instalações e equipamentos, após a saída do Concessionário. | A inserção se faz necessária para limitar a responsabilidade do investidor por decisões da ANP. |
| Contrato | Alteração | 9.5 | Ocorrendo a prorrogação da Fase de Produção, nos termos dos parágrafos 9.3 ou 9.4, continuarão as Partes obrigadas pelos exatos termos e condições deste Contrato, | Sugerimos a exclusão deste trecho, diante da possibilidade de serem formuladas pela ANP exigências que modificariam os termos do Contrato de Concessão, condicionando a prorrogação ao cumprimento de tais exigências, ferindo a legislação e o princípio da vinculação ao edital.  A aprovação da postergação da fase de produção é decisiva para a realização de novos investimentos que somente apresentem retorno após os 27 anos iniciais. Tais investimentos e o prosseguimento das atividades de produção garantem o atendimento de uma série de objetivos da política energética nacional; assegurando inclusive a continuidade quanto ao recebimento de royalties e eventual Participação Especial pelos entes beneficiados, trazendo, assim, benefícios para o setor, para o País e para a sociedade. |
| Contrato | Inclusão | 9.10.2 | O início da execução do Programa de Desativação das Instalações, não poderá ocorrer antes de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de sua apresentação, exceto quando expressamente autorizado pela ANP. | Necessidade de definição de um prazo para a manifestação da ANP, já que o concessionário também tem o direito de limitar os riscos da atividade. |
| Contrato | Alteração | 10.2 | O Concessionário deverá apresentar o Plano de Desenvolvimento à ANP no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da submissão da Declaração de Comercialidade ou do recebimento, pelo operador, de comunicação de aprovação do Relatório Final de Avaliação de Descoberta. | A contagem do prazo de entrega do Plano de Desenvolvimento, via de regra, tem início após a apresentação da Declaração de Comercialidade. Nas hipóteses em que o concessionário decida por avaliar uma, a Declaração de Comercialidade será então apresentada concomitantemente ao Relatório Final do correspondente Plano de Avaliação de Descoberta. O prazo para entrega do PD, por sua vez, terá sua contagem iniciada após a aprovação pela ANP do Relatório Final de Avaliação da Descoberta. As mudanças ora propostas objetivam explicitar de maneira objetiva os marcos temporais aplicáveis tanto à regra geral (contagem do prazo a partir da declaração de comercialidade até o fim da fase de exploração), e sua exceção (contagem do prazo após a aprovação do relatório final de avaliação de descoberta). |
| Contrato | Inclusão | 10.2.2 | O prazo para apresentação do Plano de Desenvolvimento à ANP, poderá ser prorrogado mediante requerimento fundamentado do concessionário, sujeito à aprovação prévia da ANP. | Os casos práticos têm demonstrado que o prazo de 180 dias, por vezes, se demonstra exíguo, sendo certo que não existe instrumento normativo-legal que vede a prorrogação do prazo nas hipóteses devidamente justificadas pelo concessionário. Ademais, a Resolução ANP nº 17/2015 estabelece a participação da ANP no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento, podendo acarretar em novas demandas e, por conseguinte, tempo adicional, para apresentação do citado plano. |
| Contrato | Alteração | 10.4 | A Área de Desenvolvimento deverá abranger a(s) Jazida(s) a ser(em) produzida(s), conforme constante(s) na(s) respectiva(s) Declaração(ôes) de Comercialidade. | Há possibilidade de existir uma ou mais Jazidas em determinada área de desenvolvimento dentro de um contrato. |
| Contrato | Alteração | 10.8 | A reprovação do Plano de Desenvolvimento pela ANP, tecnicamente justificada, com base na legislação aplicável e nas Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, observadas as disposições desta Cláusula parágrafo, e após o esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, implica a extinção de pleno direito do Contrato em relação à respectiva Área de Desenvolvimento. | Assegurar consistência com os conceitos e preceitos que norteiam as decisões técnicas da ANP. Além disso, há de ser garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa ao concessionário. |
| Contrato | Alteração | 10.8 | Até que o Plano de Desenvolvimento seja aprovado, o Concessionário não poderá realizar qualquer trabalho ou conduzir qualquer Operações do Campo exceto mediante prévia aprovação da ANP. | De acordo com o inciso XIV do artigo 6º da Lei 9.478/97, Campo de Petróleo ou de Gás Natural já significa “área produtora de Petróleo ou Gás Natural...” razão pela qual sugerimos o ajuste da expressão. |
| Contrato | Alteração | 10.9 | O Concessionário, durante a Fase de Produção, conduzirá todas as Operações de acordo com o Plano de Desenvolvimento aprovado pela ANP. | O conceito de “Operações” engloba também atividades de exploração e avaliação, então deve-se explicitar que as únicas ‘Operações’ sujeitas ao Plano de Desenvolvimento são aquelas que ocorrem durante a Fase de Produção |
| Contrato | Alteração | 10.10.1 | Caso o Concessionário tenha interesse de incorporar novo reservatório ao Campo, deverá submeter um Plano de Avaliação de Descoberta à aprovação da ANP, exceto quando expressamente autorizado pela ANP a sua imediata incorporação. | A proposta de incorporação de um novo reservatório a um Campo constitui uma prerrogativa do Concessionário.  Caso o Concessionário tenha subsídios técnicos que embasem a incorporação de novo reservatório ao Campo, não haverá qualquer prejuízo ao interesse público ou ao Regulador, que sempre poderá propor revisões ou alterações, em momento posterior, ou mesmo poderá solicitar informações adicionais que comprovem (ou não) a visão técnica do Concessionário. |
| Contrato | Alteração | 10.11 | A Descoberta Comercial deverá observar a Cláusula Décima deste Contrato. | A Descoberta de novo reservatório deverá observar a Cláusula Décima do Contrato. |
| Contrato | Exclusão | 11.1.3 |  | Embora o Contrato incorpore orientações que já estão contidas na regulação vigente, o fato é que não se sabe dizer se ao tempo da produção dos campos as necessidades da regulação permanecerão as mesmas. Isto é, ao tempo de uma eventual produção de petróleo, pode o regulador ter outras prioridades e o formato adotado limita sobremaneira a aplicação de mudanças futuras nessa política. |
| Contrato | Alteração | 11.2.1 | Eventual variação igual ou superior a 10% (dez por cento) deverá ser tecnicamente fundamentada ou que decorra de caso fortuito, força maior ou causas similares a serem avaliados pela ANP. | Sugestão de refraseamento em razão do fato de que as hipóteses sugeridas pela ANP não impactam concretamente na variação de produção. Sugerimos que as justificativas a serem adotadas sejam de caráter técnico ou de fatos de terceiros que serão demonstradas no caso a caso. |
| Contrato | Alteração | 11.11 | O volume produzido em cada Campo, a cada mês, não poderá sofrer variação superior a 15% (quinze por cento) em relação ao volume referente ao nível de Produção previsto para o mês correspondente no Programa Anual de Produção. | O contrato poderá gerar mais de um Campo. |
| Contrato | Alteração | 12.6 | O Concessionário poderá utilizar como combustível, na execução das Operações, Petróleo e Gás Natural produzidos na Área de Concessão, desde que em quantidades razoáveis e compatíveis com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. | O consumo de parte da produção, principalmente gás e condensado, e eventualmente petróleo leve chamado de gasolina natural, é parte da normal otimização das operações de produção em todo o mundo, reduzindo custos de transporte, reduzindo riscos de transporte de combustíveis, e principalmente no caso de gás, é um fator de segurança de fornecimento de energia à instalações de produção e destinação evitando a queima ou reinjeção do gás, sendo naturalmente uma das Melhores Práticas da Indústria, não requerendo autorização da ANP para ser implementado. |
| Contrato | Alteração | 12.6.1 | O Concessionário deverá informar à ANP, mediante notificação fundamentada, qualquer aumento de quantidade a quantidade de Petróleo e de Gás Natural, em relação ao PAP, consumida nas Operações e a finalidade de seu uso. | Não existe necessidade de se criar um novo relatório além dos já existentes. A fundamentação pode ser realizada através do próprio BMP quando explicado a finalidade de seu uso. |
| Contrato | Alteração | 12.7 | Os dados, informações, resultados, , obtidos dos testes de formação, Testes de Longa Duração ou Sistemas de Produção Antecipada durante a execução das Operações deste Contrato deverão ser enviado à ANP imediatamente após a sua obtenção, conclusão ou conforme prazo definido na Legislação. | O termo “Informação” não se confunde com “interpretação”.  A produção da interpretação demanda conhecimento, classificação, análise e reflexão, o que requer esforço e investimentos pecuniários pelo Concessionário.  Compreende-se por conhecimento os dados e as informações interpretadas, isto é, aquelas submetidas a estudos conduzidos em conformidade com os métodos recomendados pelo estado da arte da ciência e da tecnologia, conferindo-se à mesma a qualidade de propriedade intelectual, gozando, por conseguinte, de proteção legal conferida pela Constituição, pelo acordo TRIPS e pela Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/98). Portanto, as cláusulas contratuais que solicitam a entrega dos dados e informações interpretadas violam o direito de propriedade do concessionário.  Dessa forma, o IBP entende que somente os elementos em estado bruto e aqueles submetidos a tratamento preliminar obtidos como resultado das operações de exploração e produção, realizadas sob a égide do Contrato de Concessão, devem ser entregues pelas Concessionárias à ANP, a fim de compor os “recursos petrolíferos nacionais” referidos no art. 22, caput, da Lei do Petróleo, o que não abrange os dados e informações interpretadas.  Ainda, sustentamos que a propriedade privada é um dos princípios da Ordem Econômica (art. 170, II CRFB/88), situado no mesmo capítulo da Constituição que trata do órgão regulador para o setor petrolífero (art. 177 § 1.º), de modo que a Constituição, neste aspecto deve ser interpretada considerando a valoração axiológica existente entre o citado princípio positivado e a regra de seu art. 177, § 1.º . |
| Contrato | Alteração | 12.12 | Somente será permitida a queima de Gás Natural em flares por motivos de segurança, emergência e comissionamento, sendo o volume máximo o especificado na Legislação Aplicável ou por autorizações concedidas pela ANP. | Sugerimos a manutenção da possibilidade de autorizações pela ANP fora dos padrões/volumes permitidos por lei uma vez que sabidamente a malha de gasodutos hoje existentes pode não ser suficiente para a queima do gás. |
| Contrato | Alteração | 13.2 | O Acordo de Individualização da Produção e o Compromisso de Individualização da Produção serão elaborados nos termos da Legislação Aplicável, respeitados os termos e condições deste Contrato no que diz respeito à Área de Concessão, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato. | A sugestão objetiva conferir segurança jurídica aos Concessionários, de modo que processos de individualização da produção não venham a ensejar um desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. |
| Contrato | Inclusão | 13.3 | Nos casos em que a Jazida Compartilhada se estenda por área não contratada, o Concessionário não será obrigado a realizar desembolso para arcar com a participação da União no rateio dos investimentos concernentes à etapa de Desenvolvimento e dos custos de produção. | A obrigatoriedade do carrego da participação da União pelo Concessionário carece de respaldo legal, podendo, inclusive, inviabilizar o projeto em questão. |
| Contrato | Inclusão | 13.4 | O curso do prazo contratual poderá ser suspenso no caso de procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, desde a instauração do procedimento até a formalização do Acordo de Individualização da Produção, nos termos da Legislação Aplicável. | A sugestão de inclusão de hipótese de suspensão do curso do prazo contratual está em linha com a Resolução ANP nº 25/2013. De acordo com a Resolução, o Desenvolvimento e a Produção da Jazida Compartilhada ficarão suspensos enquanto não aprovado o Acordo de Individualização da Produção. Dada a exigência, deve-se prever contratualmente que, enquanto não formalizado o Acordo, fica suspenso o prazo contratual. Do contrário, sua contabilização significaria um prejuízo injustificável aos Concessionários. |
| Contrato | Inclusão | 13.5 | A ANP poderá autorizar a anexação da área adjacente pelo Concessionário caso se comprove a dispensa ou a inexigibilidade de licitação para a área adjacente que detém parcela da Jazida Compartilhada. | Inclusão pautada no princípio da eficiência e respaldada pelos comandos licitatórios, bem como alinhado aos princípios da política energética nacional. |
| Contrato | Inclusão | 13.6 | Será aplicado ao acordo de individualização da produção o conceito jurídico da aquisição originária sobre os volumes de hidrocarbonetos produzidos que devam ser equalizados entre as partes integrantes do acordo, independente da forma de equalização definida | Inclusão com intuito de esclarecer que os volume a serem equalizados nos processos de individualização da produção é abrangido pelo conceito de aquisição originária independentemente da forma elegida para a equalização |
| Contrato | Alteração | 14.2, b | submeter todos os planos, programas, , propostas e comunicações à ANP; e | De modo a evitar interpretações dúbias, sugere-se suprimir o vocábulo “garantias”, uma vez que os concessionários podem, separadamente, apresentar suas garantias, desde que tais totalizem o montante necessário a garantir a totalidade do compromisso assumido. |
| Contrato | Alteração | 14.20.4 | Operações fora dos limites da Área de Concessão serão consideradas para efeito de abatimento do Programa Exploratório Mínimo. | Como a execução de tais operações em localidade externa à Área de Concessão será realizada apenas mediante justificativa técnica, feita pelo Concessionário e aprovada pela ANP, é razoável que a aquisição de dados e/ou a execução de outras Operações sejam consideradas para efeito de abatimento do Programa Exploratório Mínimo. Tal possibilidade estaria alinhada aos objetivos e princípios emanados da Lei 9.478/97 e demais normas aplicáveis. |
| Contrato | Alteração | 15.2 | Respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem com as normas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, ANP terá livre acesso à Área de Concessão e às Operações em curso, aos equipamentos e instalações do Concessionário bem como a todos os registros, e dados técnicos disponíveis, para fins do acompanhamento e fiscalização. A ANP dará ciência previamente ao Concessionário da realização de tais inspeções e zelará para que tais inspeções não prejudiquem a execução normal das operações. | Com relação à sugestão de exclusão dos “estudos”, fazemos referência à justificativa da Cláusula 12.7. No tocante à proposta de que a ANP dê ciência prévia, quando da realização de inspeção, não se busca impedir o acesso desta Agência as suas instalações, mas apenas possibilitar ao Concessionário organizar toda a logística necessária para a realização de inspeção, pela ANP, de acordo com as normas de segurança aplicáveis ao setor de exploração e produção de petróleo/gás natural. Busca-se, sob este mesmo conceito, que o livre acesso da ANP se dê mediante proporcionalidade, razoabilidade e em reconhecimento de que o Concessionário deve zelar pela segurança das operações e salvaguarda da vida humana, o que inclui gerenciar estrategicamente a logística da instalação *offshore* e, se for o caso, até mesmo limitar temporariamente o fluxo de pessoas e equipamentos, visando à garantir o alcance dos fins mencionados anteriormente. |
| Contrato | Alteração | 17.1.1 | O Concessionário enviará à ANP, na forma por esta determinada, cópias de mapas, seções, perfis, estudos, outros dados e informações geológicas, geoquímicas e geofísicas, inclusive dados de poços, obtidos de testes, além de relatórios ou quaisquer outros documentos definidos em regulamentação específica e obtidos como resultado das Operações e deste Contrato que contenham informações necessárias para a caracterização do progresso dos trabalhos e do conhecimento geológico da Área de Concessão. | Os modelos de reservatórios não são informações essenciais para o exercício do poder fiscalizatório da Agência e consistem em informações proprietárias, preservando assim a confidencialidade da propriedade intelectual de tais modelos e, consequentemente, as vantagens competitivas dos operadores. |
| Contrato | Alteração | 17.1.2 | Nos termos do art. 22 da Lei nº 9.478/1997, o acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, devendo tais dados e informações, inclusive os referentes à geologia, geofísica e geoquímica da Área de Concessão, ser entregues pelo Concessionário à ANP | Vide comentário acima e do Plano de Desenvolvimento. Modelagem geológica implica em informação sensível de cada empresa. Sugerimos sua exclusão. |
| Contrato | Alteração | 18.8 | O Concessionário deverá submeter, caso solicitado pela ANP, uma garantia de desativação e abandono, a partir da Data de Início da Produção, podendo, para tanto, utilizar-se de:   1. seguro-garantia; 2. carta de crédito; 3. fundo de provisionamento financeiro; 4. garantia fornecida por empresa Afiliada da Concessionária; ou 5. outras formas de garantia propostas pelo Concessionário, de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, reconhecidas pela ANP. | A apresentação de garantia por parte de empresa Afiliada do Concessionário não só estaria em consonância com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e com a prática até então adotada pela ANP (vide garantias de performance outorgadas pelo controlador do concessionário para garantir quaisquer obrigações assumidas pelo garantido no âmbito da concessão, inclusive aquelas referentes ao abandono), como atenderia ao estipulado no Contrato de Concessão, sem impor ao Concessionário custos adicionais e excessivos, os quais podem inviabilizar o projeto ou até mesmo impactar a competitividade do País no mercado internacional.  A alteração proposta tem por objetivo dar maior segurança ao Concessionário, garantindo-lhe o direito de eleger, dentre as diversas modalidades de garantia legalmente possíveis e alinhadas às Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, aquela que melhor atender ao propósito do Contrato de Concessão e aos seus interesses. |
| Contrato | Inclusão | 18.8.1 | Para as hipóteses em que o Concessionário comprovar o atendimento a critérios financeiros mínimos a serem estabelecidos pela ANP com base nos parâmetros do Edital de Licitação correspondente, a ANP deverá isentar o Concessionário da apresentação de garantia para os fins desta Cláusula. | O IBP entende ser necessário prever a possibilidade de isenção do Concessionário da apresentação de qualquer tipo de garantia de abandono em casos de comprovada robustez financeira, conforme as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. |
| Contrato | Alteração | 18.8.2 | A garantia apresentada pelo Contratado deverá refletir uma previsão doso custo para a desativação e abandono da infraestrutura já implantada. | Não há como fornecer um valor exato quando do início da Produção. |
| Contrato | Inclusão | 18.8.5 | A ANP deverá conferir tratamento isonômico a Concessionários que possuam o mesmo grau de qualificação técnica e financeira, nos termos do Edital de Licitações correspondente. | O IBP entende ser importante assegurar que Concessionários com as mesmas qualificações estejam sujeitos às mesmas exigências quanto à garantia de abandono. |
| Contrato | Inclusão | 18.9.2 | Os bens cujos custos de aquisição não tenham sido deduzidos de acordo com as normas aplicáveis para o cálculo da Participação Especial deverão ser indenizados. | A Constituição Federal estabelece que qualquer desapropriação - como neste caso - deve ser sujeita justa e prévia indenização em dinheiro. Em razão disto, incluímos esta previsão para tornar mais claro que o concessionário não será penalizado ou sofrerá desapropriação injusta por meio deste mecanismo. |
| Contrato | Alteração | 20.3 | Os procedimentos de contratação de bens e serviços direcionados ao atendimento do objeto deste Contrato deverão:  b) disponibilizar em língua portuguesa ou inglesa as mesmas especificações a todas as empresas convidadas a apresentar propostas. Caso seja solicitado por alguma empresa brasileira convidada, o Concessionário deverá disponibilizar as mesmas especificações em língua portuguesa, de forma que a participação de Fornecedores Brasileiros não seja restrita, inibida ou impedida; | Empresas brasileiras envolvidas na indústria de Óleo & Gás frequentemente fazem parte de grupos internacionais e, nestes casos, a utilização da língua inglesa se torna preferencial para o fornecedor, uma vez que facilita a comunicação com os diferentes escritórios envolvidos no preparo de propostas. Entendemos que o dispositivo que garante o envio de documentação em português quando solicitado é suficiente para a participação irrestrita de Fornecedores Brasileiros sem perda de eficiência nos casos em que o uso de língua inglesa é melhor para ambas as partes. |
| Contrato | Alteração | 20.4 | O Concessionário deverá apresentar à ANP o Relatório de Conteúdo Local para acompanhamento de Conteúdo Local em Exploração e Desenvolvimento, nos termos da legislação aplicável. | A legislação hoje aplicável - Resolução 27/2016 – estabelece o Relatório de Conteúdo Local, definido também na cláusula 1.2.39 de definições deste contrato como o documento pertinente para a demonstração dos dispêndios para fins de Conteúdo Local. O Relatório de Gastos Trimestrais, usado até a 6ª Rodada para reportar o Conteúdo Local realizado não é mais aplicável para a presente legislação. |
| Contrato | Inclusão | Após o atual 20.5.1 | Para fins de aferição o compromisso referente à Fase de Exploração será limitado aos investimentos realizados no Programa Exploratório Mínimo – PEM, nos termos da legislação aplicável. | O Art. 7 da Resolução 27/2016 dispõe sobre a limitação das obrigações de conteúdo local ao Programa Exploratório Mínimo.  A fase de exploração é uma atividade que envolve alto risco para o operador além de pouco investimento em equipamentos de uso permanente. No contrato, assumem-se compromissos de Conteúdo Local com base em uma proposta de atividade exploratória (PEM). Assim, as exigências de Conteúdo Local devem ser vinculadas aos investimentos contidos no PEM a fim de estimular as atividades exploratórias além do mínimo comprometido.  A tomada de risco além do compromisso mínimo (PEM) deve ser estimulada, e não inibida com mais compromissos, pois aumenta as chances de descoberta, e consequente investimento em desenvolvimento da produção, bem como fornece mais dados geológicos para a agência reguladora. |
| Contrato | Alteração | 20.7 | Os marcos para aferição de Conteúdo Local pela ANP serão:  a) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Fase de Exploração; e  b) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não contemple Desenvolvimento modular.  c) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento de cada módulo, em Campo que contemple o Desenvolvimento modular. | O art. 10, parágrafo 2º da Resolução 27/2016 dispõe que "o último Relatório de Conteúdo Local deverá ser entregue até o 1º (primeiro) dia útil do décimo terceiro mês subsequente à data de encerramento da Fase de Exploração ou da Etapa de Desenvolvimento", já que é comum que a empresa operadora receba certificados de Conteúdo Local e documentos fiscais após o encerramento da Fase ou Etapa. Sendo assim, os marcos de aferição de conteúdo local devem seguir a entrega do último relatório permitindo que os dispêndios realizados dentro do projeto sejam devidamente contemplados. |
| Contrato | Alteração | 20.8 | Para fins de aferição do Conteúdo Local, a Etapa de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade e se encerrará, para cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento, com a primeira entre as seguintes ocorrências:  a) O decurso de 05 (cinco) anos após a Extração do Primeiro Óleo;  b) A desistência, pelo Concessionário, do Desenvolvimento do Módulo da Etapa de Desenvolvimento; ou  c) A realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento, exceto os relativos ao abandono do campo. | Entendemos ser pertinente a retomada do prazo de 05 anos após a extração do primeiro óleo como marco de encerramento para a Etapa de Desenvolvimento da Produção, conforme observado nos contratos da 12ª Rodada de Concessão e 1ª Rodada de Partilha de Produção. A extensão excessiva desse período, conforme proposto na presente minuta, provoca confusão entre atividades de desenvolvimento da produção e de produção, além de provocar sobreposição desnecessária entre projetos e resultar em ineficiência e desperdícios na alocação de esforços e recursos por parte dos concessionários e reguladores.  Cabe ressaltar que o prazo limite proposto, de 5 anos após a extração do primeiro óleo, já contempla um período que facilmente excede 10 anos, ao longo dos quais estudos dos operadores apontam que normalmente são executados mais de 90% dos investimentos no campo. Decorrido este prazo, na maior parte dos campos o foco dos investimentos recai sobre iniciativas de aumento de fator de recuperação de hidrocarbonetos, que devem ser estimuladas para melhor aproveitamento dos recursos naturais e, consequentemente, aumento das participações governamentais. |
| Contrato | Inclusão | Após a proposta de inclusão acima | O Concessionário poderá, mediante aprovação da ANP, solicitar o reconhecimento das atividades relativas ao desenvolvimento do mercado de Fornecedores Brasileiros para fins de cumprimento de Conteúdo Local, na forma da legislação aplicável. | As empresas operadoras tem empreendido grandes esforços no desenvolvimento da Cadeia Local de fornecedores. Exemplos claros são os investimentos na indústria naval e a instalação no Brasil de centros de produção, operação e pesquisa de grandes fornecedores. Entende-se que tais esforços devem ser computados para efeitos de incentivo à política de Conteúdo Local.  Existe a necessidade de uma previsão contratual para as diretrizes do Decreto Pede for que serão regulamentadas. |
| Contrato | Exclusão | 20.9 |  | Pelo princípio da isonomia, o IBP entende que, assim como diversos serviços prestados por mão de obra nacional considerados para fins de apuração de CL, os dispêndios relativos a operação da Unidade, deverão também ser considerados.  Se o objetivo da política pública de CL é o desenvolvimento do mercado nacional com a geração de emprego e renda não faria sentido a exclusão de um segmento altamente qualificado e essencial para operação.  Cabe mencionar ainda que os dispêndios relativos à operação de unidades de produção faziam parte da base de cálculo de conteúdo local até a 13ª rodada e sua exclusão na cláusula em questão não está respaldada por qualquer nova diretriz do CNPE publicada até o momento. |
| Contrato | Alteração | 20.10 | Caso o Conteúdo Local aferido seja diferente do Conteúdo Local com o qual o Concessionário se comprometeu, seja na Fase de Exploração, seja em um Módulo da Etapa de Desenvolvimento, a diferença a maior ou menor, em moeda corrente nacional, poderá ser transferido para o(s) Módulo(s) da Etapa de Desenvolvimento a ser(em) implantado(s) subsequentemente. | “Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Concessionário. ” *(*Trecho extraído do documento *Exposição de motivos,* disponibilizado pelo Comitê Diretivo do Pede for durante a Consulta Pública 01/2016.) |
| Contrato | Alteração | 20.10.1 | No caso de Campos em Mar com lâmina d’água acima de 100 metros, o operador deverá indicar o Macrogrupo para o qual a diferença a maior ou menor da Fase de Exploração será direcionada. | Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Concessionário. *(*Trecho extraído do documento *Exposição de motivos,* disponibilizado pelo Comitê Diretivo do Pede for durante a Consulta Pública 01/2016.) |
| Contrato | Alteração | 20.10.2 | Eventuais diferenças a maior ou menor verificadas nos Módulos da Etapa de Desenvolvimento poderão ser transferidas para os Macrogrupos indicados pelo Concessionário. | Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Concessionário. *(*Trecho extraído do documento *Exposição de motivos,* disponibilizado pelo Comitê Diretivo do Pede for durante a Consulta Pública 01/2016.) |
| Contrato | Alteração | 20.11 | A solicitação de transferência de excedente deverá ser apresentada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de Módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular. | Entende-se que o período de 10(dez) dias é insuficiente para analisar e concluir o processo interno de validação e aprovação de eventuais diferenças a maior ou menor a serem transferidas. |
| Contrato | Inclusão | Após o atual 20.11 | O Concessionário poderá solicitar à ANP o ajuste do percentual de Conteúdo Local da Fase de Exploração e do determinado Macrogrupo com o qual se comprometeu. | Em razão das oscilações de mercado entre o momento da assinatura do contrato e o momento do efetivo investimento nos projetos, torna-se indispensável que o presente contrato contemple a possibilidade de situações em que a Operadora não tenha meios de alcançar o percentual de conteúdo local previamente estabelecido. Dessa forma, a penalização das Operadoras pelo não cumprimento dos percentuais de CL exigidos sem que haja culpa das mesmas estará em desacordo com os princípios do Direito Administrativo Sancionador. |
| Contrato | Inclusão | Após a proposta de inclusão acima | A solicitação de ajustes deverá ser apresentada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de Módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular. | Em razão das oscilações de mercado entre o momento da assinatura do contrato e o momento do efetivo investimento nos projetos, torna-se indispensável que o presente contrato contemple a possibilidade de situações em que a Operadora não tenha meios de alcançar o percentual de conteúdo local previamente estabelecido. Dessa forma, a penalização das Operadoras pelo não cumprimento dos percentuais de CL exigidos sem que haja culpa das mesmas estará em desacordo com os princípios do Direito Administrativo Sancionador. |
| Contrato | Alteração | 20.12 | O descumprimento do Conteúdo Local sujeitará o Concessionário à aplicação de multa, a qual será calculada sobre o valor monetário descumprido, aplicando-se o seguinte percentual, conforme o caso:   1. Caso o percentual de Conteúdo Local Não Realizado (NR) seja inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Conteúdo Local Mínimo, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do Conteúdo Local Não Realizado. 2. Caso o percentual de Conteúdo Local Não Realizado (NR) seja igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento), a multa será crescente a partir de 10% (dez por cento), atingindo 24% (vinte e quatro por cento) do valor de Conteúdo Local Mínimo, no caso de 100% de Conteúdo Local Não Realizado (NR), de modo a obedecer à fórmula:   M (%) = 0,4 x NR (%) - 16%.  No qual NR (%) é o percentual de Conteúdo Local Não Realizado | O setor de petróleo é caracterizado por investimentos realizados em longo prazo, normalmente superior a dez anos após a assinatura do contrato, acarretando grande incerteza em relação às condições tecnológicas e de mercado quando da efetiva realização dos investimentos. Com a eliminação do mecanismo de isenção para o presente contrato, não há qualquer instrumento que evite a penalização indevida dos concessionários em casos de impossibilidade de cumprimento das obrigações sem culpa objetiva. Nesse contexto, a manutenção de patamares pesadamente elevados de aplicação de penalidades, ainda que inferiores aos praticados até o momento, expõe os projetos a risco financeiro que reduz sua atratividade e terá impacto negativo na composição das ofertas. |
| Contrato | Alteração | 22.2 | A exclusivo critério da ANP e desde que por esta previamente autorizado, o auto seguro poderá ser admitido. A ANP deverá conferir tratamento isonômico a Concessionários que possuam o mesmo grau de qualificação técnica e financeira, nos termos do Edital de Licitações correspondente. | O IBP entende ser necessário se estabelecer um critério objetivo para a admissão do auto seguro e garantir que Concessionários com as mesmas qualificações estejam sujeitos às mesmas exigências quanto à possibilidade de apresentar auto seguro. |
| Contrato | Alteração | 22.4 | O seguro por meio de Afiliadas é admitido desde que previamente autorizado pela ANP. | Seguindo os mesmos princípios admitidos pela ANP na Cláusula 22.2 acima, uma vez que a ANP aceita, a seu exclusivo critério, auto seguro fornecido por concessionárias com atuação no Brasil, nada impede que a Agência, também à sua discrição, analise pedidos de fornecimento de seguros através de afiliadas. Note-se que estas afiliadas podem incluir, mas não necessariamente se limitar a, empresas de sólida capacidade financeiras e operacionais ainda maiores dos que as afiliadas brasileiras. Assim, sugere-se excluir a necessidade de autorização prévia, pela SUSEP para o fornecimento de seguros por essas afiliadas, sempre preservando o poder discricionário e regulatório da ANP. Além disso, há situações nas quais empresas transnacionais podem vir a contratar apólices de seguros fora do Brasil, incluindo suas afiliadas como beneficiárias em tais produtos de seguro. |
| Contrato | Alteração | 23.3 | A ANP poderá, considerando a expectativa de produção e outros fatores pertinentes em consonância com a Legislação Aplicável, conceder uma redução de royalties, para até 5% (cinco por cento). | Estimular o aumento do fator de recuperação para Campos maduros. |
| Contrato | Alteração | 24.1.1 | O valor a que se refere este parágrafo é devido para cada o Campo originado a partir da Área de Concessão. | A partir do Bloco objeto do contrato de concessão, é possível que se origine mais de um Campo. |
| Contrato | Alteração | 24.1.2 | O Concessionário tem até o dia 30 de junho do ano seguinte ao ano calendário de apuração da Receita Bruta de Produção para **contratar** a aplicação destes recursos. | Reiteramos a justificativa apresentada na consulta pública nº 10/2014 e nº 02/2015: A proposta visa alinhar este item à melhoria de redação inserida na cláusula dos contratos da 11ª e 12ª rodadas em regime de concessão e edital de partilha. A fim de garantir a continua aplicação dos recursos, propõe-se o controle das contratações conjuntamente com as aplicações efetivamente realizadas, em relação ao ano calendário da prestação de contas em questão.  As alterações já implementadas, nas rodadas 11 e 12, permitem também uma melhor acomodação das eventuais flutuações das obrigações de pesquisa e desenvolvimento, relativas às variações de preço do óleo e eventuais flutuações cambiais.  Conforme já ressaltamos nos comentários referentes aos Artigos 1 a 12 da Resolução sob consulta nº 02/2015, a supressão da motivação para a não consideração das propostas apresentadas constitui falha regulatória.  Por essa razão, respeitosamente pede-se à ANP que decline a razão fundamentada pela qual a sugestão de redação para o dispositivo em comento foi recusada.  Esta alteração permite ao concessionário contratar pesquisas com período de realização maior que um ano e gerenciar melhor o efetivo resultado produzido pelos pesquisadores, através do pagamento por evento cumprido. |
| Contrato | Alteração | 24.2 | De 30% (trinta por cento) Até 40% (quarenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 24.1 deverão ser investidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento junto a universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento nacionais credenciados pela ANP. | Para corroborar com a afirmação anterior de que definições de porcentagens mínimas arbitrárias geram riscos, propomos um texto para mitiga-los, visando oferecer alternativas ao Concessionário para cumprimento de sua obrigação.  A segunda alteração visa especificar os tipos de investimento a serem executados na categoria definida, alinhando o texto ao objetivo do Regulamento 3/2015.  Tendo em vista que o novo Regulamento de P&D da ANP 3/2015 incluiu a Inovação como objetivo dos resultados dos investimentos da cláusula, , a divisão da alocação dos investimentos entre instituições credenciadas e empresas, conforme apresentado, não colabora com tal objetivo, dado que a inovação tecnológica comprovadamente ocorre nas empresas (Cruz, 2003 - http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/1765.pdf) . A necessidade de se promover a mobilidade do talento e a transferência de conhecimento do mundo acadêmico para o empresarial é por si só um incentivo natural e suficiente ao envolvimento tanto da academia quanto das empresas nestes projetos, sem que seja necessária uma intervenção da ANP para determinar a alocação de um percentual mínimo de investimento em um ou outro ator. O modelo existente, que privilegia o investimento mandatório em instituições credenciadas, não se demonstrou eficiente para a promoção da inovação e do desenvolvimento da indústria local.  Adicionalmente, a presente sugestão justifica-se pela impossibilidade de cumprimento da obrigação prevista no modelo atual, tendo em vista que, conforme explicado anteriormente, as instituições credenciadas pela ANP podem receber os investimentos em P,D&I disciplinados por este regulamento até um limite máximo além do qual não terão recursos humanos ou materiais para conduzir novas pesquisas. É preciso, portanto, ampliar o leque e flexibilizar as instituições aptas a receber investimentos |
| Contrato | Alteração | 24.3 | De 30% (trinta por cento) Até 40% (quarenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 24.1 deverão ser investidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento e inovação, que tenham por objetivo resultar em produtos ou processos com inovação tecnológica junto a Empresas Brasileiras de qualquer porte, incluindo se assim for proposto e aprovado pelo COMTEC, programas tecnológicos para desenvolvimento e capacitação de fornecedores nos termos da Legislação Aplicável | O recém implementado Regulamento ANP 3/2015 nos seus itens 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 4.7, 4.8 e 4.9 já contempla a recomendação desta sub-cláusula e, portanto, já prevê o fomento do desenvolvimento da indústria nacional, a ampliação do conteúdo local e o desenvolvimento e capacitação de fornecedores nacionais quando permite que sejam feitos investimentos em Empresas Brasileiras.  Como já exposto nos comentários gerais, restrições adicionais às já existentes na regulamentação não trarão o efeito esperado, mas sim, gerarão ineficiências (reserva de mercado) e riscos ao cumprimento da obrigação.  Para corroborar com a afirmação anterior de que definições de porcentagens mínimas arbitrárias geram riscos, estamos propomos um texto para mitiga-lo, à medida que oferece alternativas ao Concessionário para cumprimento de sua obrigação. Não há política nacional nem comprovação de que é viável investir de 30 a 40% da obrigação em programa tecnológico de desenvolvimento de fornecedores de até médio porte, que é a definição da regra atual constante do Regulamento 3/2015.  A outra alternativa de texto para mitigar os riscos é condicionar eventuais definições de porcentagens mínimas à aprovação do COMTEC, garantindo assim o escrutínio necessário e apresentação de embasamento técnico para a tomada de decisão colegiada.  A última alteração sugerida visa alinhar o texto à regulamentação atual de P&D (ANP 3/2015) e também procura não limitar a aplicação dos investimentos em P&D somente a atuais fornecedores da indústria de Petróleo e Gás, já que a inovação promove a interconexão de empresas fornecedoras de outras cadeias produtivas. O texto atual traz novamente restrições desnecessárias ao cumprimento da obrigação.  Além disso, é importante ressaltar que os investimentos da verba de P&D devem ser orientados à execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processos e metodologias, que a médio e longo prazo resultem na melhoria da competitividade da indústria Brasileira. No que se refere ao desenvolvimento da cadeia de fornecedores, é importante registrar que a contribuição do investimento em P,D&I não deve desviar o foco incentivar o aumento de conteúdo local especificamente intensivo em tecnologia. O desenvolvimento de maneira mais genérica da cadeia de fornecedores é um objetivo chave e uma necessidade do país, mas deve ser alcançado por outros meios e desvinculado dos objetivos de P&D. Na área de P&D, a prioridade é a realização de inovações, com critérios de excelência. Entre as várias metas de desenvolvimento local, o foco da pesquisa nacional deve incluir o desenvolvimento de inovações que venham a viabilizar tecnicamente e/ou economicamente as jazidas de pre-sal, já que estas podem trazer muitos ganhos futuros ao país, com Royalties, Impostos, empregos e geração de empresas localmente. As parcerias entre operadoras e as empresas fornecedoras já são incentivadas e aceitas pelas regras atuais, o que já favorece a geração de nova indústria local para fornecer esses novos produtos e serviços sempre que há oportunidade. |
| Contrato | Alteração | 24.4 | O saldo remanescente das Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, após observância dos parágrafos 24.2 e 24.3, poderá ser investido em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizadas em instalações do próprio Concessionário ou de suas Afiliadas, localizadas no Brasil, ou em Empresas Brasileiras , ou em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento credenciados pela ANP. Devendo-se respeitar o limite de 40% para estes investimentos. | Para ser manter a coerência e alinhamento com as redações dos últimos contratos de concessão da 11ª e 12ª Rodadas de Licitações, como também conforme o Contrato de Partilha relativo à 1ª Rodada de Licitações do Pré-Sal, onde se prevê que o remanescente dos recursos é exclusivo para ser despendido nas instalações dos concessionários ou suas afiliadas no país ou em sociedades empresariais da indústria do petróleo, independentes destas atividades estarem relacionadas às operações deste contrato. Além disso, alteração sugerida para não limitar os investimentos em empresas do setor, pois a inovação pode ser gerada através da interação com empresas de outros setores produtivos. |
| Contrato | Alteração | 27.2 | A ANP poderá realizar auditoria contábil e financeira deste Contrato, inclusive dos demonstrativos de apuração das Participações Governamentais, nos termos da Legislação aplicável. | A ANP deverá realizar auditorias limitadas ao escopo do contrato. |
| Contrato | Alteração | 27.2.3 | A ANP terá amplo acesso aos documentos, livros, papéis, registros e outras peças outros documentos, referidos no parágrafo 27.1, inclusive aos contratos e acordos firmados pelo Concessionário e relacionados com a aquisição de bens e serviços para as Operações, relativos aos últimos cinco anos-calendário encerrados. | Embora seja uma leitura possível (ainda que controversa) a de que a ANP teria a capacidade e a atribuição de acessar documentos, livros, papéis, registros e outras peças relativos aos últimos 10 (dez) anos, a regra fiscal e administrativa, conforme estabelecida pelo CTN, Lei 9.873/99, Lei 9.847/99, Decreto 2.953/99 e demais normativos aplicáveis, é a de que o prazo de 5 (cinco) anos deveria ser aplicável para fins de prescrição. Isto pressupõe, após esse prazo, o término do alcance de reguladores em relação aos documentos dos seus entes regulados. Assim, visando a buscar consistência entre a regulação emanada da ANP e as demais leis e normas aplicáveis, o IBP sugere que o acesso e alcance da Agência limitem-se aos últimos 5 (cinco) anos-calendário encerrados. |
| Contrato | Alteração | 27.2.5 | O concessionário deverá manter à disposição da ANP os respectivos certificados de Conteúdo Local, além se contratos, documentos fiscais e demais registros comprobatórios, correspondentes ao bem ou serviço adquirido, pelo prazo de 10 (dez) anos após sua emissão. | Sugere-se a contagem do período de guarda de documentos a partir de sua emissão, conforme legislação e jurisprudência vigentes, inclusive de tribunais superiores, tanto para a esfera fiscal (5 anos) quando contratual (10 anos). A sugestão visa a trazer maior efetividade para as atividades dos concessionários ao invés de gerar maior custo operacional para a guarda de documentos por períodos incertos e excessivamente longos. |
| Contrato | Alteração | 27.2.6 | A ANP poderá exigir do Concessionário quaisquer documentos necessários para dirimir eventuais dúvidas das auditorias sob sua responsabilidade | O IBP entende ser necessário limitar o escopo as solicitações de documentos ao período e tema da auditoria. |
| Contrato | Alteração | 28.5 | Os Concessionários deverão notificar a ANP sobre a alteração de seu controle societário no prazo de 90 (noventa) dias, contados da averbação do ato societário no órgão de registro competente, sobre a alteração do seu controle societário, que implique na exclusão do concessionário do grupo econômico do qual pertencia originalmente nos termos da Legislação Aplicável. | No caso de sociedades que sejam a matriz do grupo societário da concessionária, e cujas ações estejam  cotadas em bola de valores onde tais ações possam ser adquiridas por terceiros, essa matriz poderá ficar sujeita a uma alteração de controle societário sem que possua qualquer mecanismo que lhe permita objetar ou controlar essa situação.  Nesse sentido, sendo uma situação fora do controle da matriz, não faz sentido que a respectiva concessionária ou contratada fique sujeita às regras do artigo 26º. |
| Contrato | Inclusão | 28.5.2 | Excetuam-se de tal obrigação, as alterações de controle societário ocorridas em sociedade controladora, mesmo que indiretas, cujas ações representativas de seu capital social se encontrem cotadas em bolsa de valores. | Vide comentário cláusula 28.5 acima. |
| Contrato | Alteração | 28.6 | A Cessão no todo ou em parte da Área do Contrato será sempre de uma participação indivisa nos direitos e obrigações do Concessionário. | Uma vez que a lei aplicável já prevê as hipóteses de sobrevivência de obrigações por parte do cedente, as quais representam exceções (e não a regra), propõe-se excluir o fragmento em questão, de modo a evitar dúvidas e entendimentos equivocados quanto às obrigações assumidas pelo cessionário, em substituição ao cedente no contrato de concessão. Exigir do cedente o adimplemento de obrigações em período posterior à sua participação como concessionário, ressalvadas as hipóteses exaustivamente descritas na lei aplicável, é pouco razoável, além de legalmente questionável. |
| Contrato | Exclusão | 28.7.2 |  | O IBP sugere a exclusão desta cláusula considerando que não existe previsão legal para a determinação de um programa exploratório mínimo adicional para as áreas. Tal medida seria desproporcional e onerosa para as partes, uma vez que seria alterado um critério ofertado por ocasião da licitação da área – a mera divisão dos blocos não deveria ensejar a adição de mais compromissos exploratórios. |
| Contrato | Exclusão | 28.7.3 |  | Vide justificativa a cláusula 28.7.2 |
| Contrato | Alteração | 28.9 | Qualquer Cessão que não cumpra o disposto nesta Cláusula ou na Legislação Aplicável será anulável e sujeita às penalidades previstas neste Contrato e na Legislação Aplicável. | Eventuais vícios no processo de cessão podem ser sanados, havendo, portanto, a possibilidade de convalidação do ato jurídico. |
| Contrato | Alteração | 28.11, alínea “a” | os concessionários estejam adimplentes com as obrigações do Contrato, salvo se tais obrigações estiverem sendo contestadas nas vias administrativa, judicial e/ou arbitral | Não condicionar o pedido de cessão nos casos em que o concessionário esteja exercendo seu direito de contestar em qualquer esfera. |
| Contrato | Exclusão | 28.11, alínea “b” |  | Entendemos que a adimplência das obrigações de cedente e do cessionário deve limitar-se ao contrato em questão, sob pena de ser desproporcional.  A redação sugerida pela Agência no sentido de que o cedente e cessionário não podem contar com débitos de PGs (e de terceiros), no contrato cedido ou em qualquer outro contrato de E&P, tem um alcance muito amplo, podendo, inclusive, atingir questões que estão judicializadas ou pendentes de exame por esse regulador, entre outras hipóteses.  A respeito, é válido recordar que os Tribunais sempre rechaçaram com veemência os meios de cobrança indireto que a Administração Pública cria para a cobrança de seus créditos, definindo, como se identifica na jurisprudência, sanções políticas, como a ANP busca implementar na redação desse dispositivo. Entendemos relevante recordar, mutatis mutandis, o teor da súmula 547 do STF (“Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.) É dizer, a forma como busca tratar a ANP atinge direta e concretamente as atividades econômicas de nossas associadas.  Os Tribunais têm repelido essas normas justamente porque a Administração Pública conta com diversos poderes especiais que não são conferidos ao particular (especialmente para o caso em tela, a possibilidade de criação de título executivo extrajudicial e meios especiais de execução, haja vista o particular rito da Lei 6.830/80).  Portanto, a forma como se encontra descrito este dispositivo encontra sérias dificuldades de confirmação judicial, o que exige a sua adequação ou sua exclusão.  Acreditamos que uma forma de legitimar a intenção da ANP seria deixar claro que a norma só se aplica aos eventos que não tenham depósito do montante devido, liminar judicial ou arbitral, pendência de exame de defesa ou recurso administrativo a respeito da cobrança, ou mesmo, mediante pedido de parcelamento da dívida.  Em adição aos argumentos de ordem jurídica antes relatado, acreditamos que a supressão do dispositivo ou o seu contorno para uma redação alternativa em muito contribuirá para o desenvolvimento de negócios de E&P entre os diversos investidores do setor, contribuindo significativamente com o desenvolvimento do mercado nacional e até possibilitando o pagamento de eventuais débitos de PGs e de terceiros de forma mais abreviada em razão de uma regulação mais permissiva ao desenvolvimento desses negócios. |
| Contrato | Alteração | 28.13 | O termo aditivo ao Contrato de Concessão adquirirá vigência e eficácia a partir da data de sua assinatura, exceto se de outra forma permitido pela Legislação Aplicável. | Segundo o parágrafo único do artigo 29 da lei 9.478 a cessão e transferência ocorrem mediante a prévia e expressa autorização da ANP a qual se dá através da Resolução da Diretoria Colegiada  Nesse sentido o Termo de Cessão incluído no Manual da ANP publicado na página web da agência e que acompanha o requerimento do cedente estabelece que os efeitos da cessão terão eficácia e entrará em vigor após a aprovação pela ANP através da Resolução da Diretoria Colegiada.  A assinatura de Termo Aditivo é formalidade cujo objeto é consolidar o contrato de concessão refletindo a nova composição do concessionário, mas, a cessão e transferência se materializam através do Termo de Cessão que passa a vigorar a partir da aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP, tal como disposto na lei, no contrato de concessão e no próprio Termo de Cessão. De forma consistente o modelo de Termo de Cessão incluído no Manual da ANP inclui disposição específica estabelecendo que a cessão terá efeitos a partir da data de aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP. |
| Contrato | Alteração | 28.14 | No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após assinatura do termo aditivo, o Contratado deverá entregar à ANP cópia do protocolo do Contrato de Consórcio ou de sua alteração no registro de comércio competente, bem como cópia do documento arquivado no prazo de até 10 (dez) dias de seu arquivamento. | Não raro a ocorrência de greves, atrasos e/ou exigências alheias ao controle do concessionário, motivada pelo registro de comércio competente, torna difícil concluir o processo em 45 dias. |
| Contrato | Alteração | 28.18 | Os novos Contratos de Concessão firmados pelas Partes adquirirão vigência e eficácia a partir da aprovação da Diretoria Colegiada da ANP, por meio de Resolução de Diretoria , nos termos da Legislação Aplicável. | Segundo o parágrafo único do artigo 29 da lei 9.478 a cessão e transferência ocorrem mediante a prévia e expressa autorização da ANP a qual se dá através da Resolução da Diretoria Colegiada.  Nesse sentido o Termo de Cessão incluído no Manual da ANP publicado na página web da agência e que acompanha o requerimento do cedente estabelece que os efeitos da cessão terão eficácia e entrará em vigor após a aprovação pela ANP através da Resolução da Diretoria Colegiada.  A assinatura de Termo Aditivo é formalidade cujo objeto é consolidar o contrato de concessão refletindo a nova composição do concessionário, mas, a cessão e transferência se materializam através do Termo de Cessão que passa a vigorar a partir da aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP, tal como disposto na lei, no contrato de concessão e no próprio Termo de Cessão.  De forma consistente o modelo de Termo de Cessão incluído no Manual da ANP inclui disposição específica estabelecendo que a cessão terá efeitos a partir da data de aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP. |
| Contrato | Exclusão | 30.1, alínea “e” |  | Necessidade de imediata exclusão do item pois o formato confere à ANP o direito de rescindir por um ato de vontade sua, ou seja, a simples reprovação do PD. |
| Contrato | Exclusão | 30.1, alíneas “f” e “g” |  | Os eventos descritos nas Alíneas (f) e (g) são sujeitos a discussão e requerem provas. Desse modo, o contrato de concessão não poderia ser extinto de pleno direito nesses eventos, que foram excluídos e recolocados na Cláusula 30.4, de forma mais adequada. |
| Contrato | Alteração | 30.4 | Este Contrato poderá ser resolvido, assegurado o disposto na Cláusula 30.4.4 abaixo, nos seguintes casos: | Ressalta-se que o contrato ‘ poderá’ ser resolvido, mas não necessariamente o será, usando como precedente o disposto no modelo de Contrato de Partilha de Produção na 1ª. Rodada (Libra), no qual existia a alternativa de aplicação de sanção como alternativa à inadimplência, a depender da gravidade e/ou histórico do concessionário/contratado inadimplente. Ainda, faz-se referência a proposta de cláusula 30.4.4, conforme justificado abaixo |
| Contrato | Inclusão | 30.4, alíneas “c” e “d” | c) reprovação do Plano de Desenvolvimento pela ANP;  d) total ou parcialmente, pela recusa dos Consorciados em firmar o acordo de individualização da produção, após decisão da ANP; ou | Considerando que tais eventos não necessariamente levam ao término do contrato de concessão, uma vez que outras alternativas e remédios contratuais podem ser aplicados, nós propomos ajustar o caput da Cláusula 30.4. |
| Contrato | Inclusão | 30.4.4 | Esta Cláusula 30.4 não se aplica para os casos de inadimplemento em que há indenização em forma de multa ou execução de garantia. | A compensação pecuniária já garante a satisfação do interesse público. |
| Contrato | Inclusão | 30.5 | A resolução deste Contrato, na forma do parágrafo 30.4, deverá ser precedida da verificação do inadimplemento absoluto do Contratado em processo administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, e por um procedimento arbitral sob a Cláusula 34 abaixo no qual o tribunal deverá verificar de novo o inadimplemento absoluto do Contratado. | A Cláusula proposta garante ao concessionário direito à ampla defesa e ao contraditório na eventualidade de resolução contratual. Considerando que tal previsão não é contrária a qualquer outra do contrato de concessão e está de acordo com a Constituição Federal, não há prejuízos em incluí-la no contrato de concessão, além de conceder segurança jurídica ao investidor.  Adicionalmente, a resolução contratual precisa ser sujeita a um procedimento imparcial e transparente. Esta proposta também busca garantir transparência e imparcialidade em um evento de término. |
| Contrato | Inclusão | 30.6 | Este Contrato não será extinto, e a ANP aplicará as sanções previstas na cláusula 29 acima quando: | Esta proposta está alinhada com as Melhores Práticas da Indústria de Óleo e Gás, e uma previsão semelhante já havia sido incluída no contrato de partilha de produção de Libra. |
| Contrato | Inclusão | 30.6.1 | O descumprimento deste Contrato pela Concessionária não for grave, reiterado ou não revele dolo, grave imperícia ou imprudência contumazes; | Vide justificativa anterior |
| Contrato | Inclusão | 30.6.2 | Houver ação diligente em andamento no sentido de corrigir o descumprimento. | Vide justificativa anterior |
| Contrato | Exclusão | 31.1.2 |  | A incidência dos eventos de força maior e caso fortuito já têm previsão legal no Código Civil, e independe do seu reconhecimento pela ANP. Caso as partes não consigam chegar a um acordo com relação ao evento, então deverá ser remetido ao mecanismo de solução de disputas do contrato. |
| Contrato | Exclusão | 31.1.3 |  | Não seria razoável que o Concessionário pague taxa de retenção de área, por exemplo, quando impossibilitado de explorar e/ou produzir na área por motivos alheios à sua vontade. |
| Contrato | Exclusão | 31.3.3 |  | Cláusula idêntica à 31.3.1 |
| Contrato | Alteração | 31.6.1 | Para que o indeferimento do licenciamento ambiental possa ser enquadrado como caso fortuito, força maior e causas similares, ensejando eventual indenização ao Concessionário caberá a este comprovar que não contribuiu para o indeferimento do processo de licenciamento ambiental. | O Estado não poderá se eximir da indenização ao Concessionário em razão da decisão de outro órgão público ou mesmo por ato da própria Agência, a exemplo do ocorrido no caso New Field x ANP, onde a impossibilidade de realizar atividade na área independe de vontade ou ação do Concessionário. |
| Contrato | Alteração | 31.7 | O Concessionário assumirá, individual e exclusivamente, todas as suas perdas decorrentes da situação de caso fortuito ou força maior. | O Contrato já prevê, em consonância com a lei, hipóteses de exclusão de risco, razão pela qual estamos a fazer a presente ressalva em relação à assunção do próprio concessionário pelas suas perdas oriundas de caso fortuito e força maior. |
| Contrato | Alteração | 32.1.1 | Nas hipóteses previstas na alínea “d” a divulgação de dados e informações estará condicionada apenas que a Afiliada tenha sido informada e concorde em obedecer às restrições aplicadas nos termos de confidencialidade. | Alinhar redação do Anexo VIII do Pré-Edital e permitir que para Afiliadas não se exija um acordo formal e por escritor de confidencialidade, bastando para tal que a Afiliada tenha sido informada e concorde em obedecer às restrições de confidencialidade. |
| Contrato | Exclusão | 34.1.2 |  | As orientações e regras emanadas pela Agência devem seguir o princípio da publicidade, em consonância com as disposições da Lei do Petróleo e do próprio Regimento Interno da ANP. Apesar de não conter caráter normativo, isso pode levar a uma interpretação de que para o contrato seja observado, o que conflita também com o princípio da autonomia da vontade das partes (em razão de uma alteração unilateral por uma das partes) |
| Contrato | Alteração | 34.5 | Caso uma das Partes considere que inexistem condições para uma solução amigável de disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, poderá submeter tal questão a arbitragem a ser administrada pela e sob o Regulamento de Arbitragem da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI em vigor nesta data e em consonância com os seguintes preceitos: | Arbitragem ad hoc, como proposta na minuta, pode ter seu início frustrado se uma das partes a ela se opuser, recusando-se a participar do procedimento, o que levaria à necessidade do ajuizamento de ação judicial, gerando atraso e complexidade à resolução da disputa. Na prática, portanto, uma cláusula de arbitragem ad hoc poderia ser de difícil implementação. Desta forma, sugere-se que seja adotada a arbitragem institucional, uma vez que esta garante às partes maior segurança e celeridade. A arbitragem institucional pode ser iniciada e prosseguir mesmo em face da resistência de alguma das partes.  Dessa forma, é prudente e no melhor interesse da segurança jurídica e da previsibilidade aos investidores que a arbitragem seja administrada por uma instituição arbitral de reconhecida capacidade técnica como a CCI. A especificação de que o Regulamento de Arbitragem da CCI a ser aplicado será o em vigor nesta data (da assinatura do contrato) visa a evitar possíveis surpresas com eventuais alterações futuras que a CCI venha a fazer no seu Regulamento de Arbitragem.  De fato, a arbitragem institucional tem sido a opção majoritária para solução de litígios. Estatísticas da Universidade Queen Mary, de Londres, apontam que 86% das decisões arbitrais em todo mundo são dadas por arbitragem institucionais, sendo apenas 14% oriundas de arbitragens ad hoc. Ademais, a arbitragem institucional administrada pela CCI já foi adotada pela ANP em diversas Rodadas de Concessão. No mesmo sentido, os contratos das principais concessões de infraestrutura de longo prazo no Brasil, como as de energia elétrica (Usina Hidrelétrica de Belo Monte e Usina Hidrelétrica de Jirau), as aeroportuárias da ANAC (Aeroporto Juscelino Kubitschek) e as rodoviárias da ANTT (Ponte Rio-Niterói) adotam a arbitragem institucional com administração da CCI. |
| Contrato | Exclusão | 34.5, Alínea “a” |  | A alínea “a” é parcialmente contraditória com a alínea “b”, uma vez que, pelo Regulamento de Arbitragem de CCI, a própria CCI escolhe o presidente do tribunal arbitral (e não os dois árbitros indicados pelas partes). Para evitar confusões, recomenda-se excluir a alínea “a”. |
| Contrato | Alteração | 34.6 | As Partes, deverão optar por institucionalizar a arbitragem na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional observados os preceitos estatuídos nas alíneas “b” ao “i” do parágrafo 34.5. | A sugestão do IBP é de que a CCI seja adotada como única instituição indicada para administração da arbitragem.  Caso uma sociedade de economia mista (empresa de capital aberto, com ações cotadas na bolsa), as regras de solução de conflitos entre ela e o Poder Concedente devem ser as mesmas regras aplicáveis aos demais concessionários, garantindo-se que no âmbito da administração da arbitragem, não haja qualquer tipo de parcialidade.  A AGU é ligada ao Poder Executivo Federal, que controla a Petrobras. É importante para a indústria que eventuais questões enfrentadas pelos concessionários, sejam eles empresas estatais ou não, tenham tratamento equitativo. |
| Contrato | Exclusão | 34.6 |  | A CCI já está escolhida como a instituição administradora da arbitragem. Ademais, é melhor prática escolher uma única instituição arbitral, evitando-se disposições que possam gerar confusão. Esses dispositivos são inócuos, uma vez que, sendo a arbitragem sempre baseada na vontade das partes, se houver comum acordo elas sempre poderão alterar a cláusula em qualquer ponto.  Ademais, o procedimento da cláusula é vago e limita a real possibilidade de se submeter a questão à arbitragem, pois, ainda assim, poderá haver controle por uma das partes quanto à arbitrabilidade da controvérsia. |
| Contrato | Exclusão | 34.6.1 |  | Vide justificativa anterior. |
| Contrato | Inclusão | 35.4 | **Quitação das obrigações**  Ao término do Contrato de Concessão e após o cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato, a ANP emitirá em favor de cada um dos Concessionários, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_) dias, a contar do recebimento da solicitação por escrito pelos Concessionários, o respectivo Termo de Quitação, ressalvando-se aquelas obrigações previstas nas Cláusulas 21, 33 e nos demais dispositivos legais aplicáveis. | A quitação acima pleiteada visa a conferir maior segurança ao investidor que, após ter realizado vultosos investimentos e cumprido todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão e demais Portarias da ANP aplicáveis, em especial na Portaria ANP nº 114, de 25 de julho de 2001, deseja receber da ANP Termo de Quitação pelo cumprimento das obrigações contratuais. A quitação é direito do devedor sempre que cumpre as suas obrigações. É instituto pacificamente protegido e garantido nos termos do Artigo 319 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Ressalte-se que a quitação ora pretendida diz respeito tão somente às obrigações previstas no Contrato de Concessão, excluindo, portanto, aquelas advindas de outros deveres legais do Concessionário, em especial sua responsabilidade civil, administrativa e penal por danos ao Meio Ambiente, ou em desrespeito ao compromisso de Confidencialidade, previsto na Cláusula 33 do Contrato de Concessão, com previsão expressa de sobrevivência ao término do referido contrato. |
| Contrato | Inclusão | 35.5 | **Equilíbrio Econômico-Financeiro**  Se a qualquer momento, após a assinatura do Contrato, advir situação extraordinária e imprevisível, nos termos do Artigo 478 do Código Civil, que afete de maneira adversa e excessiva o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato existente na Data de Entrada em Vigor, as Partes terão o direito à revisão e alteração do Contrato, visando a restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro. | Esse princípio já está incorporado em nosso ordenamento jurídico. Dessa forma, solicitamos que o mesmo seja colocado expressamente neste Contrato para o melhor esclarecimento e segurança dos direitos e obrigações das Partes. Certamente, a sua incorporação ao texto desta minuta consolidará |

1. Inserir a data referente a 180 dias após o último dia da Fase de Exploração em questão. [↑](#footnote-ref-1)
2. Inserir a data referente a 180 dias após o último dia da Fase de Exploração em questão. [↑](#footnote-ref-2)